



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**NIELLY LIMA BARROSO**

**AS CONDIÇÕES DA (DES)IGUALDADE NA INSERÇÃO DA MULHER NO  
MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE**

**JOÃO PESSOA**

**2019**

**NIELLY LIMA BARROSO**

**AS CONDIÇÕES DA (DES)IGUALDADE NA INSERÇÃO DA MULHER NO  
MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Prof<sup>a</sup> Orientadora: Rejane Gomes Carvalho

**JOÃO PESSOA**

**2019**

**Catálogo na publicação Seção de  
Catálogo e Classificação**

B277c Barroso, Nielly Lima.

As condições da (des)igualdade na inserção da mulher no  
mercado de trabalho no Nordeste / Nielly Lima Barroso.

- João Pessoa, 2019.

69 f. : il.

Orientação: Prof Rejane Gomes Carvalho.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Trabalho. 2. Gênero. 3. Desigualdade. 4. Nordeste.  
I. Carvalho, Prof Rejane Gomes. II. Título.

UFPB/CCSA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AValiação DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Comunicamos à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) do (a) aluno(a) **Nielly Lima Barroso**, matrícula 11507955, intitulada **AS CONDIÇÕES DA (DES)IGUALDADE NA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE**, foi submetido à apreciação da Comissão Examinadora, composta pelos professores: Rejane Gomes Carvalho (orientador), Ivan Targino Moreira (examinador (a)) e Wanderleya dos Santos Farias (examinador (a)) no dia 27/09, às 10 horas, no período letivo 2019.1.

O TCC foi Aprovado pela Comissão Examinadora e obteve nota 10,0 (DEZ).

Reformulações sugeridas: Sim ( ) Não (X)

Atenciosamente,

Rejane Gomes Carvalho

Prof. (a.) Dra. Rejane Gomes Carvalho  
Orientador(a)

Ivan Targino Moreira

Prof.(a) Dr. Ivan Targino Moreira  
Examinador(a)

Wanderleya dos Santos Farias

Prof.(a) Dra. Wanderleya dos Santos Farias  
Examinador(a)

Cientes:

Nielly Lima Barroso

Nelly Lima Barroso  
Aluno(a)

Liège Bettizaidé Oliveira de Siqueira

Liège Bettizaidé Oliveira de Siqueira  
Coordenadora da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso

*À todas as mulheres que lutam e caminham  
desconstruindo as desigualdades em todos os  
âmbitos.*

*Por um mundo onde sejamos socialmente  
iguais, humanamente diferentes e totalmente  
livres. (Rosa Luxemburgo)*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Neli e Almir, pelo amor e dedicação. Principalmente a minha querida mãe, que mesmo com a distância, se fez sempre presente, apoiando e respeitando todas as minhas decisões e os meus sonhos. Este trabalho não teria sido o mesmo sem você.

À minha querida orientadora Rejane Carvalho, por me mostrar novos horizontes dentro da Economia e permitir que eu descobrisse habilidades minhas que não conhecia – além da confiança, respeito e conversas - pelo acolhimento e por me guiar tão bem na produção deste trabalho.

Às minhas amigas Alícia, Andrezza e Iêda pelo carinho e presença nestes quatro anos. Apesar dos momentos difíceis, estiveram sempre dispostas a me ajudar. Vocês foram potência em minha vida, me nutrir do amor e afeto de vocês foi o que me fez continuar aqui.

Às minhas amigas e amigos da Universidade que me acompanharam durante essa fase, especialmente o grupo GEÇO e Bruna e Natália. Obrigada pela convivência, aprendizagens divididas, desentendimentos e pelas preocupações. Vocês sempre estarão em meu coração.

Aos meus irmãos Atilyo e Aurélio, por sempre acreditarem e me darem força para continuar nesta caminhada.

Aos meus amigos Wellhijton, Ricardo, Yago e Danilo. Obrigada pelos risos, apoio e principalmente pelo cuidado para comigo.

Ao meu querido tio João Cleber, por sempre acreditar em mim antes mesmo de entrar na UFPB. Pelo apoio, orientações e pelo compartilhamento de conhecimento, obrigada.

Às minhas amigas Alanna, Iasmim e Juliana que mesmo com a distância, estiveram sempre comigo, tendo o laço de amizade resistido.

A minha fé e ao universo por ser tão imprevisível, já que a imprevisibilidade nunca foi segredo. Me pego aqui a teoria do caos e a mudança que fiz no início do evento, ao abandonar a Física pela Economia.

## RESUMO

Esta pesquisa intenta analisar os principais fatores determinantes da (des)igualdade no trabalho por gênero na região Nordeste. Procura-se perceber como está configurado o mercado de trabalho e como se apresenta a desigualdade por gênero no cenário socioeconômico nordestino, compreendendo-os como resultado do modelo de desenvolvimento econômico capitalista e considerando, ainda, as condições históricas estruturais, as peculiaridades políticas e culturais da realidade regional. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e teórica, além do levantamento de dados secundários, o que forneceu elementos para realizar a análise qualitativa das informações. Inicialmente, a revisão bibliográfica serviu para caracterizar brevemente o modelo de desenvolvimento econômico no Brasil, pós 1930, e os seus desdobramentos no contexto regional. Ainda na dimensão teórica, buscou-se a compreensão do lugar do trabalho feminino na economia capitalista. Em seguida, fez-se uma análise dos indicadores de emprego, ocupações, rendimento e as características socioeconômicas da população através de dados secundários coletados a partir de instituições de pesquisas oficiais, como IBGE e Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia. Verificou-se que as dimensões de pesquisa utilizadas materializam a existência da desigualdade de gênero e a condição do trabalho feminino no Nordeste. Foi possível reconhecer a ocorrência de situações que ensejam a precarização da mão de obra feminina, o que se justifica pela própria estrutura econômica conservadora do Nordeste, de modo a definir as fragilidades do mercado de trabalho; a reprodução da cultura machista e patriarcal; e, o modo de produção capitalista, que reproduz e recria as desigualdades a partir da divisão sexual do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Gênero. Desigualdade. Nordeste.

## ABSTRACT

This research intends to analyze the main determinants of gender inequality in the Northeast region. We seek to understand how the labor market is configured and how gender inequality is present in the Northeastern socioeconomic scenario, understanding them because of the capitalist economic development model and considering the historical structural conditions, political and cultural peculiarities of the regional reality. As for the methodological procedures, we used bibliographic and theoretical research, as well as the survey of secondary data, which provided elements to perform the qualitative analysis of the information. Initially, the bibliographic review served to briefly characterize the economic development model in Brazil, after 1930, and its developments in the regional context. Still, in the theoretical dimension, we sought to understand the place of female labor in the capitalist economy. Then, an analysis of the indicators of employment, occupations, income and socioeconomic characteristics of the population was made through secondary data collected from official research institutions, such as IBGE and the Secretariat of Labor of the Ministry of Economy. It was found that the research dimensions used to materialize the existence of gender inequality and the condition of female workers in the Northeast. It was possible to recognize the occurrence of situations that cause the precariousness of female labor, which is justified by the conservative economic structure of the Northeast, in order to define the weaknesses of the labor market; the reproduction of the macho and patriarchal culture; and the capitalist mode of production, which reproduces and recreates inequalities from the sexual division of labor.

**Keywords:** Work. Gender. Inequality. Northeast.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Projetos beneficiados com incentivos fiscais - 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (R\$).....	53
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nordeste: População residente, por sexo – 2010 (pessoas).....	41
Gráfico 2 - Nordeste: Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, de pessoas pobres e extremamente pobres, por sexo, 1999 a 2015 (média) .....	42
Gráfico 3 - Grandes Regiões: distribuição por número de pessoas alfabetizadas, 2015 (%).....	43
Gráfico 4 – Brasil e Nordeste: Índice de Gini* em 2000 e 2010.....	44
Gráfico 5 – Nordeste: População vivendo em condição de pobreza e extrema pobreza - 2007 e 2013 (%).....	45
Gráfico 6 - Região Nordeste: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, sexo e grupos de anos de estudo em 2015 (1000 pessoas) .....	46
Gráfico 7 – Nordeste: população economicamente ativa por sexo - 2001 a 2015 (%).....	47
Gráfico 8 - Nordeste: Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, por sexo na semana de referência em 2018 (%) .....	48
Gráfico 9 – Nordeste: contribuintes para a previdência social por sexo – 2015 (%) .....	49
Gráfico 10 – Grandes Regiões: empregos formais por área geográfica, 2013 a 2017 (Nº Pessoas) .....	50
Gráfico 11 – Região Nordeste: empregos formais por gênero, 2013 a 2017 (Nº Pessoas) .....	51
Gráfico 12 - Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total (%) .....	52
Gráfico 13 – Nordeste: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo – 2012 e 2018 (R\$) .....	54
Gráfico 14 – Grandes Regiões: Proporção de trabalhadores informais em ocupações não agrícolas - 2016 (%).....	55
Gráfico 15 – Grandes Regiões: Taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo – 2017 (%) .....	56
Gráfico 16 – Nordeste: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência, segundo o sexo e os agrupamentos de atividade do trabalho principal, 2015 (1000 pessoas).....	57
Gráfico 17 – Grandes Regiões: Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2017 (%) .....	58
Gráfico 18 – Grandes Regiões: Média de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade em 2017 (Horas).....	59

## **LISTA DE SIGLAS**

BM - Banco Mundial

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

FMI - Fundo Monetário Internacional

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual - Paraíba

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PBF – Programa Bolsa Família

PEA – População Economicamente Ativa

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Objetivos .....	12
1.1.2 Objetivo geral .....	12
1.1.3 Objetivos específicos.....	12
<b>2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....</b>	<b>13</b>
2.1 Caracterização da pesquisa, fontes de dados procedimentos.....	13
2.2 Categorias de análise e variáveis selecionadas.....	16
<b>3 A CONTRAMARCA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS.....</b>	<b>18</b>
3.1. Breve caracterização do modelo de desenvolvimento no Brasil pós 1930.....	18
3.2 Desenvolvimento e a concentração econômica: um breve panorama sobre a questão regional.....	24
<b>4 A CONDIÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA ECONOMIA CAPITALISTA.....</b>	<b>32</b>
<b>5 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA REGIÃO NORDESTE (2000 A 2018) .....</b>	<b>39</b>
5.1 Perfil social e do mercado de trabalho nordestino.....	39
5.1.1 Demografia, educação e pobreza.....	40
5.1.2 Atividade econômica e mercado de trabalho.....	45
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em países de economia em desenvolvimento, como o Brasil, são muitas as variáveis que interferem na inserção produtiva das pessoas, o que pode levá-las a ocupações precárias e informais, devido a oportunidades de trabalho mais restritas, índices de instrução e formação profissional débeis, entre outros fatores. Nesta situação, as mulheres são as mais afetadas, na medida em que tendem a compor o segmento informal do mercado de trabalho, auferindo baixa remuneração. A desigualdade econômica regional, nesse contexto, pode acentuar a desigualdade de gênero no trabalho.

Diante disso, o interesse principal deste trabalho é analisar a configuração da desigualdade do trabalho por gênero na região Nordeste, compreendendo que o Brasil é um país com diferenças regionais marcantes, o que pode se refletir em desigualdades também no mercado de trabalho, acentuadas por questões de gênero e raça.

São muitas as situações de desigualdade a que estão submetidas as mulheres no âmbito laboral. Com os efeitos da globalização e da mundialização do capital temos o aumento dos postos de trabalho, dos índices de formalização e de remuneração, embora acompanhado, também, do processo de flexibilização e do trabalho vulnerável. As desigualdades de gênero marcam o cenário econômico e fazem parte da reprodução do capitalismo que, por natureza, tende a reproduzir as diferentes formas de desigualdade, embora oferecendo possibilidades de integração social para as mulheres.

Assim, por mais que as mulheres estejam avançando quanto à participação no mercado de trabalho, ainda se conserva uma estrutura tradicional e de continuidades na qual a mulher permanece como maioria no mercado informal, na população desocupada e ligada a setores tradicionais como o de serviços, educação e saúde, embora hoje já desempenhem atividades que antes eram majoritariamente exercidas por homens.

A literatura indica que há uma forte desigualdade entre regiões nos aspectos de atraso econômico e exclusão social, e estes acabam por se refletir no mercado de trabalho. A desigualdade econômica, além de reproduzir, pode acentuar a desigualdade de gênero no trabalho. Isso porque o processo de precarização está também estruturado sob a marca do gênero, devido aos lugares

ainda segregados que excluem a mulher e a colocam em espaços informais, mal remunerados, tornando-se importante investigar e evidenciar essas distintas realidades. Do ponto de vista do modelo econômico, observa-se a formação de um país desigual regionalmente, o que se traduz em aprofundamento das diferenças sexuais no trabalho. Assim, torna-se relevante investigar a configuração dessas desigualdades no âmbito da economia nordestina.

Este trabalho encontra-se dividido em seis seções, além desta introdução. No segundo capítulo, apresentam-se os principais elementos teóricos e metodológicos necessários para o levantamento e tratamento de indicadores sociais e do mercado de trabalho. Em seguida, no capítulo 3, é feita uma análise histórica acerca do desenvolvimento econômico pós 1930, mostrando como ocorreu esse fenômeno no modelo capitalista brasileiro e os seus desdobramentos no contexto regional. O quarto capítulo é dedicado a entender a condição do trabalho feminino na economia capitalista, através da conexão entre gênero e classe. No capítulo 5, tem-se a análise dos indicadores que tratam da configuração do trabalho feminino na região Nordeste no período de 2000 a 2018. E, por fim, as considerações finais trazem uma reflexão sobre os resultados quantitativos e qualitativos alcançados com a pesquisa.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.2 Objetivo geral**

Analisar as condições de inserção no trabalho por gênero na região Nordeste.

### **1.1.3 Objetivos Específicos**

Discutir as características da desigualdade econômica e social do Nordeste e os possíveis impactos sobre o mercado de trabalho;

Traçar o perfil da força de trabalho por gênero e as condições da sua reprodução;

Identificar as dificuldades da inserção da mulher no mercado de trabalho quanto às ocupações e rendimentos; e,

Apresentar e discutir o trabalho feminino no contexto da economia capitalista e regional.

## 2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta seção, serão abordados os métodos e os procedimentos empregados na investigação da presente pesquisa. Para Minayo (1994), entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Dessa forma, a pesquisa constitui uma parte da ciência na qual é possível construir uma compreensão que se aproxime da realidade, atualizando técnicas, teorias e métodos frente às mudanças de comportamento e transformações sociais.

Neste trabalho, busca-se analisar os fatores determinantes da desigualdade no trabalho por gênero, utilizando-se como recorte espacial o Nordeste brasileiro. São utilizados dados secundários para ilustrar a desigualdade nas ocupações, rendimentos, previdência e jornada de trabalho.

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA, PROCEDIMENTOS E FONTES DE DADOS

A ciência continua sem respostas para problemas essenciais, como a fome, miséria e pobreza, mesmo com questionamentos e estudos exploratórios que têm como propósito examinar esses temas (MINAYO, 1994). A desigualdade de gênero também se apresenta ainda como uma grande barreira, embora seja um elemento constituinte do debate econômico e social a nível nacional e internacional. Por isso, torna-se primordial a produção de conhecimentos e reflexões acerca dos fatores que determinam e perpetuam essa desigualdade.

Esta pesquisa está classificada, quanto aos objetivos, como exploratória. A pesquisa exploratória explícita e constrói hipóteses acerca do problema. É através dela que se tem o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Na maioria dos casos, a pesquisa exploratória envolve um levantamento bibliográfico, por isso, quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa se classifica como bibliográfica. Esse procedimento, por sua vez, é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002).

No tocante ao recorte temporal para o levantamento de dados secundários, a pesquisa tem como referência o período de 2000 até 2018, buscando caracterizar as mudanças no mercado de trabalho em diferentes fases da conjuntura econômica. Por se tratar de um fenômeno econômico,

político e social, faz-se necessário entender as condições de inserção do trabalho feminino a partir de uma perspectiva interdisciplinar, discutindo as barreiras ainda existentes nas relações de trabalho. É direcionada atenção, nesse contexto, para os desafios que são enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho, analisando esse processo a partir da região Nordeste como recorte espacial.

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa está classificada como quantitativa e descritiva. A pesquisa descritiva caracteriza-se com o enfoque de determinada população através da observação, descrição e registro das características de um fenômeno. (FONTELLES et al., 2009).

Com base nesses procedimentos, pretende-se traçar e compreender o perfil das mulheres no mercado de trabalho nordestino. Através de uma revisão da literatura, busca-se encontrar os referenciais teóricos que permitirão analisar a desigualdade na esfera do trabalho, entre os gêneros, no contexto do desenvolvimento do Brasil e do Nordeste. A investigação parte de uma pesquisa prospectiva e retrospectiva, ou seja, o estudo é desenhado para explorar fatos do passado e analisar o desdobramento do objeto de estudo no presente (FONTELLES et al., 2009). O período selecionado compreende os anos de 2000 a 2018, o que nos permite ter uma observação adequada de momentos distintos na organização do trabalho na região Nordeste de modo a construir um cenário das condições de inserção por gênero nas ocupações produtivas.

Estudar as particularidades da desigualdade de gênero se torna essencial para refletir sobre as práticas das mulheres no mercado de trabalho nordestino, face à reconfiguração das ocupações e da informalidade apresentada na dinâmica do emprego no Brasil e no Nordeste, especialmente, em um contexto de crise econômica.

Para o desenvolvimento da fundamentação teórica, realizaram-se leituras de autores importantes que discutem o desenvolvimento da economia brasileira e do Nordeste, como Celso Furtado e Tânia Bacelar de Araújo, assim como os que abordam a temática de gênero na dinâmica das relações sociais e de trabalho, como Helena Hirata (1989, 2009), Heleieth Saffioti (1969), Cristina Bruschini (2007), entre outros (as) pesquisadores (as) que são representantes marcantes na abordagem dos conceitos da divisão sexual do trabalho e dos processos e relações de trabalho, leituras necessárias para se construir uma análise mais crítica e fundamentada sobre o mercado de trabalho. A pesquisa também busca entender o modelo de desenvolvimento econômico ocorrido

no Brasil a partir da década de 1930, como forma de caracterizar o comportamento do mercado e compreender o movimento do emprego na região Nordeste.

Esta abordagem permitirá, ainda, analisar como os trabalhadores vêm se adaptando, dadas as mudanças no processo de estruturação econômica, nas relações produtivas e diante de um capitalismo pautado na flexibilização das relações de trabalho, podendo levar à precarização do trabalho, e que pode estar acompanhado não pela liberdade ou emancipação, mas sim pela elaboração de novas formas de dominação.

Existem muitas peculiaridades que influenciam esta análise e, diante das questões e objetivos apresentados, optou-se em utilizar uma ferramenta de natureza quantitativa. A pesquisa quantitativa é aquela que se utiliza de recursos para avaliar ou testar se uma teoria é confirmada, partindo-se de conceitos reduzidos a variáveis e baseado em observação, medição e interpretação da realidade objetiva (SOUSA, DRIESSNACK e MARTHA, 2007). A análise quantitativa realizar-se-á através de dados secundários, coletados através das informações publicadas pelo Instituto de Economia Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia. A análise dos dados permitirá traçar a participação da mulher no mercado de trabalho na região Nordeste que é marcada tanto por progressos quanto por atrasos.

Através do Sistema IBGE de Recuperação de Dados - SIDRA foram obtidos dados para caracterizar o mercado de trabalho, como os fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC (2000 a 2018), que classifica a força de trabalho e permite fazer a associação com os indicadores demográficos, instrução, idade e gênero. No portal da Secretaria de Trabalho do governo federal, serão consultados os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2013 a 2018), que disponibilizam informações importantes sobre o trabalho formal da totalidade de municípios brasileiros. Como recursos didáticos, serão elaborados gráficos e tabelas como forma de facilitar e elucidar os dados coletados.

## 2.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE E VARIÁVEIS SELECIONADAS

A seguir, são apresentadas as principais variáveis que contribuirão para a investigação dessa pesquisa. Como mencionado acima, a análise será feita a partir de dados coletados em fontes oficiais, com indicadores que permitem montar e definir o perfil da força de trabalho das mulheres na região Nordeste. São variáveis que captam o impacto dessa força de trabalho e que refletem as condições de vida da população inserida em um cenário de mudanças.

Através dos indicadores de emprego, será realizada a caracterização da força de trabalho por gênero, quanto a instrução, ocupações por atividade econômica, contribuição para a previdência social, rendimento por atividade principal, distribuição da força de trabalho nas ocupações, entre outros aspectos, amparados em um referencial teórico que proporcionará a compreensão dos conceitos pertinentes ao tema.

Antes, no entanto, é preciso definir o que se entende por gênero, tendo em vista que este é um conceito central que ajudará na construção do trabalho. A investigação, através do recorte de gênero, é crucial para questionar e entender como o trabalho das mulheres realiza-se de forma mais precária do que o dos homens, em diferentes contextos históricos. Isso porque, entende-se aqui, a desigualdade de gênero como uma questão de construção social e como parte do eixo estruturante da matriz da desigualdade social brasileira (ABRAMO, 2006), e que tem seus reflexos no mercado de trabalho.

Autores de diferentes linhagens teóricas discutem a dimensão de gênero no trabalho. Contudo, neste estudo, será utilizado o conceito de gênero com base na discussão de Simone de Beauvoir, que constitui uma referência teórica marcante na abordagem da relação entre trabalho e gênero. No seu estudo sobre gênero, Beauvoir revela como o papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e biologicamente. A autora destaca que: “Não se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 1980), mostrando como este conceito é aplicado ao enxergar o masculino e o feminino como parte de uma construção social e cultural, sendo dessa forma que elaboramos a nossa subjetividade. Logo, o gênero, para ela, não seria decorrência da anatomia do corpo humano, mas da própria sociedade que define lugares sociais.

As variáveis utilizadas nesse trabalho são apresentadas de acordo com a metodologia desenvolvida pelo IBGE (2018). Entre as principais, tem-se as seguintes definições:

Força de trabalho – é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade (ocupada e desocupada), que possuem a capacidade de ser empregado. O conceito de força de trabalho é utilizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua para caracterizar a condição das pessoas no mercado de trabalho.

População Economicamente Ativa (PEA) - Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada – aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho; e, população desocupada, as pessoas que, num determinado período de referência, procuraram, mas não encontraram trabalho.

Rendimento - Considera-se como rendimento os valores obtidos de atividades no trabalho e provenientes de outras fontes.

Contribuição para a previdência social – é o valor que serve de base de incidência das alíquotas das contribuições previdenciárias, ou seja, é a parte do rendimento da pessoa destinada a previdência para prover alguma subsistência numa situação de incapacidade de trabalhar.

Taxa de desocupação (ou desemprego aberto) - percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas.

### **3 A CONTRAMARCA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS**

Neste capítulo, o objetivo é examinar os principais aspectos do processo de desenvolvimento econômico, tendo em vista o histórico de dinamismo diferenciado nas regiões brasileiras. Busca-se trazer as principais características do modelo capitalista implantado no Brasil para identificar os condicionantes do processo de desenvolvimento desigual, privilegiando, assim, a análise econômica, política e histórica.

#### **3.1. Breve caracterização do modelo de desenvolvimento no Brasil pós 1930**

A questão do desenvolvimento econômico recebeu diferentes interpretações dos estudiosos que se dedicaram a entender os condicionantes desse processo. Entre os autores do pensamento clássico, Schumpeter (1997, p. 70) considerou que o mundo econômico é relativamente condicionado a fatores diversos, afirmando que: “Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias”. Assim, na ciência econômica, tudo está em constante mudança e passível de receber diferentes interpretações, sendo nessa perspectiva que serão abordadas algumas características do desenvolvimento econômico a partir do modelo capitalista brasileiro.

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que se apresenta como preocupação no âmbito do planejamento das sociedades modernas, especialmente, com a expansão do sistema capitalista, e se expressa em uma nova estrutura social e material de produção a partir da inovação e aplicação de novas tecnologias, coordenada pelo Estado e o mercado. Segundo Bresser Pereira (2016), as classes políticas, ou seja, a burguesia industrial, os trabalhadores urbanos e parte da burocracia pública, entendem o desenvolvimento econômico como resultado de uma mudança estrutural na economia, inicialmente evidenciando-se na consolidação da industrialização, e, mais tarde, como aperfeiçoamento contínuo na produção. Esse processo pode significar a busca pelo aumento da renda por habitante e a melhoria dos padrões de vida da população de forma sustentada, provocados pela expansão de bens e serviços caracterizados por incorporação de tecnologias e mão de obra qualificada, entre outros.

Nesse sentido, a compreensão em torno do desenvolvimento econômico traz consigo uma reflexão sobre a forma como se organiza o mundo capitalista, uma vez que se passa a ter uma visão do planejamento econômico imediatamente associado ao processo de industrialização, parecendo ser este o responsável pelo crescimento e desenvolvimento econômico da sociedade. Tal percepção influencia a formação econômica da sociedade brasileira no século XX, deixando sua marca na implementação de políticas neoliberais que estabeleceram o caminho para o desenvolvimento do país, mas também modificou e impulsionou as transformações sociais.

Com importância central, o principal indutor do processo de industrialização brasileiro foi o Estado, capaz de planejar, realizar a infraestrutura e investir recursos para a promoção do processo do desenvolvimento econômico. Bielschowsky (2011) contextualiza o desenvolvimento brasileiro em dois ciclos ideológicos: o primeiro até 1980, o qual baseava-se em um projeto de industrialização integral como via de superação do subdesenvolvimento, conduzido pelo Estado; e, depois de 1980, baseado em um antineoliberalismo e em estratégias e políticas nas novas condições institucionais e macroeconômicas.

Numa abordagem mais formal, o desenvolvimentismo delimitou-se em dois grandes ciclos e possuiu três correntes principais: os nacionalistas, os defensores da indústria e os papelistas. O primeiro ciclo desenvolvimentista no Brasil surge entre as décadas de 1940 e 1960, centrando o debate em torno do nacional desenvolvimentismo, onde os ideais da industrialização e modernização se fortaleceram. Nessa fase, a industrialização surgiu como necessidade política e econômica, principalmente após 1940, tendo em vista sua base produtiva se caracterizar como uma indústria ainda pouco intensiva em capital e dependente da importação de bens que envolviam a absorção de tecnologias mais avançadas. Essa necessidade ocorre como expressão das mudanças estruturais no sistema em nível mundial, provocando a reorganização da economia brasileira ao novo padrão de desenvolvimento com base na indústria (BIELSCHOWSKY, 2011).

Assim, a gênese desse fenômeno tem início nos anos de 1930, quando se materializa a ideia de Estado desenvolvimentista<sup>1</sup> como política econômica a ser adotada na América Latina, voltado à superação do subdesenvolvimento. Foi a partir da Revolução de 1930 que tomou vulto em boa

---

<sup>1</sup> O Estado desenvolvimentista está associado às coalizões de classes desenvolvimentistas que comandaram a formação do Estado-nação e a revolução industrial, ou, em outras palavras, a revolução capitalista. Quando falamos em Estado desenvolvimentista, estamos nos referindo a um sistema político ou forma de governo. Ver Bresser-Pereira, 2016.

parte dos países latino-americanos, destacadamente Argentina, Brasil, Chile e México, a transição do modelo primário exportador para a construção do padrão de desenvolvimento “para dentro” baseado na industrialização, no mercado interno e na urbanização. Já nas décadas seguintes, 1950 e 1960, tem-se a consolidação do pensamento econômico com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que surgiu para formular alternativas políticas para a superação dos problemas econômicos latino-americanos através do estímulo da política desenvolvimentista industrializante, tendo como principais nomes os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado. Apesar dos conflitos gerados após a sua criação, em virtude da busca por autonomia teórica, o pensamento tomou corpo com um novo arranjo social através de discussões sobre os mecanismos do processo de acumulação (FONSECA, 2015).

Dessa forma, o intervalo entre as décadas de 1930 e 1960 é marcado pela expansão da industrialização no Brasil, consolidando as características do modo de produção capitalista com base da estrutura urbano-industrial. Foi nesta fase que pode se verificar a difusão dos ideais desenvolvimentistas, trazendo o Estado como agente planejador e investidor direto da industrialização. Segundo Bielschowsky (2011), nesse intervalo, o desenvolvimentismo era o projeto que buscava superar o subdesenvolvimento por intermédio da industrialização. Após 1980, a reestruturação da economia mundial promoveu nova primazia ao mercado, fazendo com que as estratégias e políticas fossem voltadas para o processo de globalização da economia, superando o contexto regional e histórico da fase desenvolvimentista.

No Brasil, a partir dos anos de 1930, em meio a um contexto de reestruturação do capitalismo mundial, um plano interno passou a ser montado na economia brasileira no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), devido à dificuldade de se manter a demanda externa como instrumento dinamizador da economia nacional em virtude da crise da economia primária exportadora. Durante esse período, surgiu a necessidade de mudanças na estrutura do Estado, o que se fez através de reformas no sistema político-administrativo e na regulação das relações de trabalho, associados à ampla liberalização econômica e financeira do país. Segundo Pochmann, as tendências indicaram transformações importantes no mercado de trabalho:

Assim, uma primeira grande transformação do trabalho ganhou importância no Brasil com o reposicionamento do Estado ampliado em defesa de políticas nacional-desenvolvimentistas. Por consequência da significativa expansão produtiva, o país conviveu com a urbanização e a estruturação do seu mercado

nacional de trabalho em torno do emprego assalariado formal (POCHMANN, 2014, p. 23).

A implantação de um Estado centralizador, marcou um período de disputas políticas acirradas com o surgimento de novos grupos políticos, junto com transformações tecnológicas, sociais e econômicas. O novo arranjo político era formado por oligarquias agrárias que se aliaram à classe dos industriais para comandar o aparato estatal em expansão e dar uma direção ao projeto de transformação do país. Era necessário orientar a dinâmica mercantil naquele instante, corporificando a regulação da acumulação capitalista nos seus setores de atuação. Através do Estado, formulou-se uma estratégia nacional de desenvolvimento que reuniu as principais forças político-sociais do país. Mas, com os planos de industrialização, o governo enfrentava crises profundas, tanto na ordem técnica e financeira como na político-social (SILVA, 2013).

A partir da década de 1960, tem-se o início do segundo ciclo desenvolvimentista. O pensamento desenvolvimentista se consolida e é um período de instabilidade política com mudanças estruturais marcantes devido ao aprofundamento da internacionalização do processo de industrialização. Emerge, assim, um cenário ideológico forte estimulado pelas campanhas reformistas no qual o Estado passou a ser questionado, principalmente com a recessão de 1963. Diante disso, o projeto de desenvolvimento posto em prática entra em crise, manifestando-se a necessidade de ajustes e reformas, devido a sua insustentabilidade macroeconômica com sérios problemas de inflação e nas contas do balanço de pagamentos, além das transformações na economia também repercutirem na esfera social, desenvolvendo problemas como desemprego e pobreza (SILVA, 2013).

No decorrer desse período, o Brasil apresentava conflitos tanto no campo econômico como no político. Entre janeiro de 1961 e março de 1964 o país teve três presidentes que se defrontaram com problemas de ordem macroeconômica após o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Com o golpe de 1964, os governos militares reforçaram a ideologia dominante com o pensamento econômico liberal, abrindo caminho para uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Foi um momento de grande crescimento econômico entre 1968 a 1973, mas em seguida demonstrou momentos de conturbação na economia, com diminuição da atividade econômica, inflação e endividamento, o que expôs o distanciamento do projeto desenvolvimentista original, devido à mudança no modelo de expansão da economia mundial.

Fragilizado pelos desequilíbrios econômicos, na década de 1980, o país foi marcado pelo baixo crescimento da economia e pelo enfraquecimento do Estado em função do alto endividamento. Durante o governo de João Figueiredo (1979-1985), tem-se um período no qual se intensificaram os movimentos contestatórios e as questões políticas foram simultaneamente agravadas devido a transição para a redemocratização. Atenta-se aqui também para o fim dos governos militares, o que implicou em desafios para os governos democráticos à frente, mas ao mesmo tempo na emancipação política e conquista de direitos sociais.

Durante o governo de José Sarney (1985-1990) houve várias tentativas de estabilização da economia, iniciando-se com o Plano Cruzado (1986-1987), visando combater a inflação, mas este fracassou. Mesmo em meio às turbulências econômicas, a política neoliberal ganha ascensão apresentando simultaneamente um processo de universalização de padrões e orientações político-econômicas junto com a ideia de globalização, ainda que de forma incipiente. O capitalismo, com suas contradições e mudanças típicas de um modo de produção, enfrenta crises, exigindo reformas necessárias à continuidade da industrialização, configurando-se em uma transformação estrutural na organização da sociedade brasileira. A esse respeito, Tavares considera que:

Enquanto resistia a entrar na crise, a aprofundar sua inserção na globalização que avançava mundo afora, a render-se à financeirização, o Brasil viveu uma fase importante na sua dinâmica regional. Estudos diversos, como o de Leonardo Guimarães Neto, constataam que, nos anos 70, os megaprojetos públicos, implantados em várias regiões do País, fortaleciam uma tendência importante: interromper a forte concentração de investimentos, e, portanto, do dinamismo econômico, na região Sudeste; tendência à concentração que se vinha consolidando desde o início do século XX, quando a industrialização se acelera a partir daquela região, exacerbando diferenciações e desigualdades inter-regionais (TAVARES *apud* GUIMARÃES, p. 12, 1999).

Nos anos de 1990, tem-se a expansão mais articulada do processo recente de globalização da economia. Nesse período, no Brasil, o governo de Fernando Collor<sup>2</sup> (1990-1992) marcou o

---

<sup>2</sup> Durante o governo Collor, um conjunto de reformas econômicas e planos de estabilização foram montados. No primeiro ano, Collor tentou agir com autonomia na formulação da política macroeconômica e no tratamento da dívida externa. Patrocinou, com seus planos econômicos, mudanças na intervenção do Estado na economia do país, inclusive praticando o confisco de cerca de 70% dos depósitos bancários em conta corrente e em caderneta de poupança. Visando conter a hiperinflação, o governo lançou os planos Collor I (1990) e Collor II (1991) que alteraram o cálculo da correção monetária dos saldos de poupança. No entanto, o plano não conteve a inflação. Já no ano de 1991, um segundo plano foi instituído, o Collor II. O governo promoveu abertura unilateral do mercado brasileiro: eliminou os obstáculos não-tarifários às importações; aboliu a lista com certos produtos cuja importação era até proibida e criou a taxa de referência dos juros (TR). Ver: O Governo Collor e a estratégia neoliberal em Brum (1997, p. 473).

início de um novo rumo no processo de desenvolvimento brasileiro. Do ponto de vista da política interna, se apresentava um período de pouca tranquilidade evidenciado pela necessidade de estabilização da economia, devido ao fracasso sucessivo dos planos econômicos da década de 1980. Várias medidas econômicas e políticas foram desenvolvidas em sintonia com os preceitos de organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), em busca do equilíbrio da economia, além da adesão aos princípios neoliberais propostos pelo Consenso de Washington.

Era um momento de euforia política, uma vez que se vivenciava uma fase de estagnação da economia, inflação, desemprego e o envolvimento do presidente Collor em escândalos de corrupção. Em decorrência deste último, foi processado o seu afastamento em 1992, através de um Impeachment. Declarada a sua destituição, o seu vice, Itamar Franco (1993-1994) assumiu o poder. Com Itamar, apesar do cenário conturbado, foi elaborado o Plano Real (1994) com o objetivo fundamental de estabilizar a economia, apoiado pelo processo de reforma administrativa do Estado para o controle das contas públicas. No curto prazo, o plano provocou a queda da inflação e proporcionou o aumento do poder de compra. Contudo, a retomada do crescimento econômico seria necessária para que o país pudesse diminuir as desigualdades regionais, o desemprego e a pobreza, supostamente, elevando o Brasil da condição de país subdesenvolvido para “em desenvolvimento”. E foi com a prevalência dos discursos políticos da globalização e dos programas macroeconômicos de estabilização que a política regional se tornou secundária. Nesse aspecto, a literatura indica que “[...] a região Nordeste passou a ser, no discurso, integrada à economia nacional, recebendo a influência da política macroeconômica e não mais do planejamento regional” (ANJOS, PINTO e CARVALHO, 2017).

Uma vez que se tem a instauração do neoliberalismo e da globalização, o período de 1990 indicou a existência de lacunas na política regional, em virtude de fatores como a crise fiscal e financeira do Estado, privatizações e a queda no nível de investimento. O debate prevalecte nessa época se deu de maneira pessimista, uma vez que as expectativas dos efeitos dos programas de liberalização macroeconômica implementados eram baixas. Na estrutura produtiva interna, observava-se o enfraquecimento das relações de troca entre as economias regionais através da intensificação dos níveis de concorrência. Nessa perspectiva, a mudança qualitativa regional que o

modelo de substituição de importações tinha provocado na economia interna acabou sendo alterado (NETO, 2014).

### 3.2 Desenvolvimento e a concentração econômica: um breve panorama sobre a questão regional

Estudar como se processa o planejamento para o desenvolvimento regional se torna importante para entender como se dá a concentração econômica de renda das regiões e a forma como as políticas governamentais são implementadas para promover o desenvolvimento, redistribuição de recursos e redução das desigualdades. Dessa forma, a análise desse processo nos permite observar como essas desigualdades são produzidas ou amenizadas ao longo do tempo.

As mudanças no campo político-institucional, apresentadas anteriormente, repercutiram em diversos campos da dinâmica regional, dando margem à constituição de bases para o surgimento e expansão das atividades industriais e urbanas. A forma como a política regional foi implementada pelo Estado ocasionou assimetrias nas esferas produtiva e social da região Nordeste. Nos anos de 1990, o discurso de globalização em evidência e os programas macroeconômicos de estabilização sendo implementados no Brasil, fizeram com que a política regional ficasse escanteada ao associar a integração do Nordeste à política macroeconômica nacional. Dessa forma, ao mesmo tempo que o Estado gerou mudanças, provocou entraves ao desenvolvimento dessa região.

No Brasil, Celso Furtado foi um dos principais intelectuais do nacional-desenvolvimentismo a contextualizar o debate sobre a questão regional, especialmente do Nordeste, com sua proposta de industrialização que indicava um planejamento regional para esta região ainda no governo de João Goulart (1961-1964). Essa corrente de pensamento desenvolvimentista nacionalista era formada por economistas que defendiam a constituição de um capitalismo industrial moderno, tendo como instrumento central um Estado desenvolvimentista, conforme discutido na seção anterior.

Tomando como desafio alterar as estruturas políticas do país, Celso Furtado entendia o subdesenvolvimento como sendo uma condição do sistema capitalista. Para ele, o efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas resultou na criação de composições híbridas, em parte se comportando como capitalistas, em outras, mantendo-se dentro de uma estrutura

preexistente, ou seja, uma economia dualista que Furtado considerou como sendo o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 1961).

A experiência brasileira no caminho para a industrialização se refletiu em contrastes regionais ainda manifestados nos dias atuais, indicando a dependência do Nordeste em relação ao Centro-Sul, visível também através das relações comerciais com o exterior. Segundo Furtado, a experiência histórica indica que as desigualdades regionais de níveis de vida e renda, quando assumem características de sistemas econômicos isolados, tendem a institucionalizar-se. Dessa forma, a ausência de compreensão da disparidade regional de níveis de renda contribuiu para que a própria política de desenvolvimento agravasse o problema (GTDN, 1967).

A partir dos estudos de Furtado, dentre as causas do atraso da economia nordestina está a concentração da renda na economia açucareira. Por outro lado, no século XX, conforme a estrutura produtiva brasileira ia se moldando, ocorreu a migração mais intensa de mão de obra do Nordeste para o Centro-Sul do país, cujas possibilidades de industrialização eram mais imediatas e ofereciam melhores condições de emprego e renda. É bom lembrar que a liberação de recursos advindos da atividade de exportação do café teria permitido a formação da indústria, especialmente, no Sudeste.

No caso do Nordeste, o diagnóstico construído pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), apontava que:

Parte da renda gerada pelas exportações nordestinas - aquela parte que é despendida nos mercados do Centro-Sul - sofreu sério processo de erosão. Estima-se que, entre 1948 e 1956, houve uma transferência média anual de recursos correspondente a cerca de 24 milhões de dólares, do Nordeste para o Centro-Sul, causada por esses fatores (GTDN, 1967).

Existiam duas causas principais que respondiam pelo mais baixo nível de renda do Nordeste. Uma era a escassez relativa do fator terra e, a outra, a menor acumulação de capital. Além disso, durante a análise do período de 1948 a 1956, verificou-se que a renda *per capita* da região Nordeste era inferior a 1/3 em comparação à região Centro-Sul. Ademais, a distribuição da renda média nordestina era mais concentrada que a do Centro-Sul e este nível de concentração provinha desde o período colonial, devido ao maior dinamismo da região Sudeste e à eficiência do capital implantado. Então, o problema não era só a desigualdade de renda entre regiões, mas essa desigualdade tendia a se acentuar porque o ritmo de crescimento da região Nordeste era menor do

que o da região Centro-Sul durante esse período. Argumentava-se que a percepção da desigualdade de renda entre as regiões não era compreendida pelo governo, e que o problema aparecia como sendo resultante da seca. Diante desse diagnóstico, a solução para reduzir as desigualdades regionais seria através da industrialização, estimulando a complementaridade entre os setores produtivos e as regiões. Entretanto, isto continuava a favorecer o Centro-Sul, uma vez que este apresentava maior dinamismo para a industrialização do que as demais regiões brasileiras (GTDN, 1967).

Entre os anos de 1889 e 1930, durante a Primeira República, a falta de planejamento político alimentou a miséria na região Nordeste. Prevalencia a ideia de que esta região era atrasada e pobre devido às secas, sendo encarada como um problema hídrico e, por isso, as intervenções se limitavam a esta dimensão. Esse processo foi chamado por muitos autores como Indústria da Seca, que se caracterizava pelos desmandos políticos das oligarquias agrárias da região no qual utilizavam a seca como principal fator da dominação econômica e do atraso nordestino. A principal intervenção política concentrava-se na atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), o qual gerenciava os projetos de obras para represamento de águas em barragens e açudes. Logo, o DNOCS se inseriu na dinâmica de reprodução do capital, uma vez que pautado na ideia do combate à seca, reforçava a estrutura de poder da oligarquia rural e reproduzia desigualdades sociais marcantes. À vista disso, o Estado se encontrava em uma posição de subordinação aos interesses privados da elite, e os grandes proprietários de terras detinham a hegemonia do campo.

No século XX, segundo Targino e Moreira (2006), foram registradas a ocorrência de 14 secas nos seguintes períodos: 1900, 1903-04, 1915, 1919, 1931-32, 1942 e 1951-53, 1958, 1966, 1970, 1976, 1979-83, 1993 e 1998-99. Dessa forma, foram adotadas políticas visando combater as estiagens prolongadas através de obras de engenharia, como açudes e barragens. Os recursos emergenciais de combate às secas serviram como válvula de escape para aliviar as tensões sociais, mas também eram utilizados pelas elites locais (políticos e coronéis) em benefício próprio. Essas oligarquias requeriam verbas e auxílios junto à União e manipulavam os escassos recursos que vinham para a região, servindo para reforçar a sua dominação. A estrutura de poder foi a principal responsável pelos efeitos calamitosos provocados em grande parte da população nordestina. A

política de combate à seca existiu, mas a situação de pobreza e crise continuava mesmo após os períodos de seca (FERREIRA, 1993).

Em 1958, mais uma seca de grandes proporções atingiu o Nordeste, entre tantas outras, causando desemprego e êxodo rural, o que serviu para expor as falhas do governo em mitigar os problemas da região e a necessidade de mudar o enfoque das políticas já praticadas. Este foi um dos fatos que culminou na criação do GTDN. No ano seguinte, foram criados instrumentos de política regional com o objetivo de reduzir as disparidades regionais, diminuir a pobreza e gerar emprego, destacando-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), fundada em 1959, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Era uma nova etapa do capitalismo, sendo necessária uma política que enfrentasse as assimetrias regionais através da industrialização, conduzida pelo Estado, tendo suas ações no âmbito regional lideradas por Celso Furtado (1959-64). A SUDENE tornou-se uma experiência que criou um novo perfil econômico para o Nordeste, outorgando incentivos fiscais e financeiros com vistas à atração de investimentos. Diante da ineficácia das políticas regionais vigentes, Furtado expôs os problemas do quadro regional, mostrando a necessidade de se priorizar a criação das bases para a industrialização e o aumento da oferta de alimentos, apontando, assim, uma reorientação de políticas para o desenvolvimento econômico. Não se tratava apenas de um problema regional, mas também da necessidade de desconcentração econômica gerada pelo capitalismo industrial (CABRAL, 2011).

A criação da SUDENE foi resultado, também, das forças sociais organizadas em prol do processo de industrialização, promovendo reformas estruturais, e se tornando o principal órgão planejador, financiador e coordenador de políticas para o Nordeste. Assim, a integração da região à política nacional contribuiu para o seu desenvolvimento industrial e com o desempenho da economia brasileira. Mas, apesar dos avanços, a política não foi suficiente para conseguir neutralizar o desemprego estrutural, a pobreza, alterar significativamente a estrutura agrária conservadora e as desigualdades regionais.

Com a mudança no ciclo de acumulação do capitalismo mundial, alterando a dinâmica da economia brasileira e regional na segunda metade dos anos de 1970, reconfiguram-se as relações institucionais. O quadro da década de 1980 era complexo, uma vez que se instaurava uma crise econômica com endividamento externo e escassez de recursos. No campo político e social exibiam-se a fraca capacidade do Estado em atender demandas básicas de educação e saúde e de controlar

o alto desemprego. A população brasileira cresceu descontroladamente, acompanhada de um rápido processo de urbanização, que provocou disparidades crescentes de renda, de riqueza, de sociabilidade, além de reproduzir pobreza e miséria. Esse processo de urbanização foi fundamental para a inserção da mulher no mercado de trabalho, dado que em períodos anteriores, elas estavam presas em determinados nichos de trabalho, como o trabalho doméstico.

Nas décadas finais do século XX, o Brasil já havia se tornado uma importante economia industrial, mesmo diante de conflitos e da criação de níveis mais altos de desigualdade. Segundo Araújo (1999), esse período foi marcado por três grandes movimentos principais que afetavam completamente a forma de funcionamento da economia mundial, assim como outros movimentos que operavam na esfera político-institucional, que são: a globalização, a crise do regime de acumulação anterior e a financeirização da riqueza. Com este cenário, criou-se um quadro de instabilidade na economia brasileira com a geração de expectativas pessimistas dos agentes econômicos em consequência dos efeitos da abertura comercial, financeira e produtiva, criando um processo hiperinflacionário que impactava no ambiente econômico, onde o poder de compra dos mais pobres e das pequenas empresas era mais afetado. Dessa forma, o Estado desenvolvimentista apresentava sinais de debilidade e o debate sobre a heterogeneidade intra-regional tornou-se cada vez mais esvaziado.

Os traços gerais da economia brasileira nos indicam uma dinâmica espacial regional diferenciada, seja por características geográficas particulares, seja pela maneira como os recursos financeiros foram aplicados. Essa questão é assim explicada por Hermes Tavares, ao comentar as contribuições de Furtado:

O último capítulo da Formação Econômica Brasileira traça um quadro das disparidades regionais no país na primeira metade do século XX. O ponto de partida ali é o desenvolvimento contraditório decorrente da industrialização que, naturalmente, ocorre na região cafeeira, transformada, por isso, em núcleo dinâmico, em torno do qual as demais regiões se articulam. O conjunto da economia se beneficia pelo fato de que um núcleo se constitui. Mas o reverso da medalha são as disparidades regionais (TAVARES, 2012. p. 103).

Assim, com a intervenção do Estado a partir da lógica desenvolvimentista, privilegiou-se a política de desenvolvimento baseada na acumulação de capital para promover o desenvolvimento regional, de modo que as questões sobre a dinâmica espacial ficaram em segundo plano, criando

uma situação de dispersão de recursos e esforços insuficientes para impulsionar o desenvolvimento produtivo ampliado do Nordeste.

As forças que conduziram a política e o planejamento econômico, sob a manto do projeto modernizante com a industrialização, alardearam apenas as vantagens do crescimento, mas foram incapazes de considerar que tal crescimento seria desigual, por ser conduzido pela lei da concorrência, prevalecendo a competitividade e as vantagens nas trocas. Desse modo, os setores e as regiões que, por suas condições particulares, não acompanharam e nem foram incorporadas ao processo de modernização com a industrialização, ficaram à margem do desenvolvimento social e econômico (CARVALHO, 2008).

Com a globalização anunciada nos anos de 1990, indicando novas perspectivas para a economia mundial, a ausência de planejamento regional voltou a ser um problema para o desenvolvimento nacional, o que não foi novidade para o Nordeste, diante do histórico apresentado anteriormente. Ainda é evidente, nos anos recentes, a persistência de atraso social do Nordeste, seja pelas más condições de renda do trabalho, pelo alto nível de informalidade, atrasos produtivos, educacionais, entre outros. Existem vários condicionantes dessas relações, reflexo do seu processo histórico de formação, ou seja, parte desse processo teve grande influência dos ciclos de exportação de produtos primários que dominaram o crescimento econômico no período colonial e que podem explicar a diferenciação regional através do movimento de concentração espacial da produção nacional.

Embora tenham sido apresentados alguns fatores que limitaram o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, é importante ser destacado que o setor público foi responsável pelo significativo crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região, principalmente durante os anos de 1970 e 1980.

De acordo com Araújo (1990), através dos padrões de intervenção do Estado na economia, surgiram e se desenvolveram estruturas denominadas polos dinâmicos que criaram um dinamismo para a região nordestina ao longo dos anos 1990. Cabe destacar aqui, o complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, no Maranhão, o polo têxtil e de confecções em Fortaleza, no Ceará, que são grandes frentes de atividades industriais, assim como o polo de pecuária intensiva do agreste de Pernambuco, que representa uma das áreas da agricultura moderna. Todos esses polos são reflexo de investimentos produtivos realizados pelo Estado e responsáveis por diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas,

destacando-se com um desempenho relativamente positivo. No entanto, na medida em que novas áreas desenvolviam inovações tecnológicas e estrutura produtiva em algumas sub-regiões, criando outra face econômica para o Nordeste, uma estrutura tradicional permanecia resistindo às mudanças no ambiente socioeconômico, como nas zonas cacaueiras, canavieiras e no sertão semiárido. Ou seja, a modernização ocorre, mas ainda de forma restrita (ARAÚJO, 2000).

Assim, as dimensões territoriais nos conduzem a entender uma parte da economia brasileira de modo a localizar a dinâmica regional e suas disparidades. Através do processo de desenvolvimento econômico, via introdução de inovações tecnológicas, se pensou a redução das distâncias setoriais e territoriais da atividade econômica brasileira. No entanto, ainda há a existência de níveis diferenciados de produtividade do trabalho, concentração da riqueza, renda e a permanência do subdesenvolvimento. Diante disso, observa-se a continuidade de contrastes relacionados às diferenças estruturais das regiões, sendo o Nordeste detentor de fragilidades nos indicadores socioeconômicos.

No ano de 2018, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), pesquisa realizada pelo IBGE, analisou alguns indicadores sociais para entender o dimensionamento da pobreza no país. Segundo a pesquisa, a maioria dos pobres estão localizados no Nordeste, sendo que 44,8% da população estava em situação de pobreza, o equivalente a 25,5 milhões de pessoas. As regiões Sudeste e Centro-Oeste somavam 30,2%, aproximadamente, enquanto a região Sul apresentava um dos menores valores, com cerca de 3,8 milhões de pessoas em situação de pobreza. Houve crescimento em todas as regiões, com exceção da região Norte que, apesar de concentrar estados onde a pobreza é mais acentuada, assim como no Nordeste, se manteve estável.

Considerando as transformações na economia contemporânea, as diferenças regionais herdadas do passado se manifestam no presente em razão das novas tendências no mercado competitivo que cria barreiras. Mas também reflete a influência de políticas governamentais que provocaram mudanças econômicas e permanências.

A economia do Nordeste, por sua vez, é marcada pela diferenciação e fragmentação em relação às demais regiões brasileiras. Dessa forma, o seu mercado de trabalho sempre foi considerado problemático e/ou apresentou baixo dinamismo, uma vez que é considerada uma região que tem muita pobreza, sendo por muitas vezes uma região complementar a do Sudeste. De modo geral, por trás das diferenciações intra-regionais estão, principalmente, diferenças de relações

de trabalho e de condições de vida da população. Esses contrastes econômicos, por sua vez, se traduzem também nas dificuldades das condições de inserção das pessoas no mercado de trabalho, assim como no aprofundamento das desigualdades sociais, de raça e gênero no trabalho.

#### 4 A CONDIÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA ECONOMIA CAPITALISTA

A literatura econômica indica a existência de desigualdades entre as regiões nos aspectos do atraso econômico e da exclusão social, aspectos que acabam por se refletir no mercado de trabalho em diferentes dimensões. Assim, a desigualdade econômica, além de reproduzir, pode acentuar a desigualdade de gênero no trabalho. Isso porque o processo de precarização está também estruturado sob a marca do gênero devido aos lugares ainda segregados que excluem a mulher e a coloca em espaços informais, mal remunerados, limitando a sua ocupação. Portanto, torna-se importante investigar e evidenciar essas distintas realidades sob o contexto regional e do trabalho, a fim de combater as desigualdades regionais e de gênero e promover maior desenvolvimento nessas regiões.

O modo de produção capitalista se baseia na extração da mais valia e no processo de reprodução ampliada impõe-se a busca constante da elevação da produtividade do trabalho. A partir dessa compreensão, são produzidos dois efeitos imediatos identificados nas formações sociais capitalistas no que se refere ao mundo do trabalho: de um lado, o enorme crescimento de excedente econômico e, do outro, a marginalização de enormes contingentes humanos, sobretudo, mulheres e negros. Como resultado, essas classes encontram-se em uma situação em que a sociedade sempre as colocou, ou seja, como mão de obra mais explorada e precarizada. Dessa forma, aspectos da ordem natural como sexo e etnia operam como fatores limitantes da atualização de um modelo ideal de livre competição, tendo em vista que a competitividade no capitalismo como expressão da liberdade seria ilusória. Esses aspectos são postos e utilizados como justificativas para aliviar as tensões sociais geradas pelo próprio sistema capitalista. Então, a explicação para a existência de grupos marginalizados pelo sexo e raça está nas relações de produção, sendo através desta que se encontra a resposta para a hierarquização dessas categorias (SAFFIOTI, 1984).

Quando se trata da discussão sobre a condição da mulher na sociedade capitalista, necessariamente deve ser colocada em questão a análise da exploração da força de trabalho, o que pode ser acentuado a depender do nível de desenvolvimento de cada região dentro do país. A mulher é colocada, nesse contexto, como um ser “desapropriado” da sua própria força de trabalho, sendo esta considerada uma força inferior e desqualificada socialmente, traços que são delineados historicamente pela sociedade patriarcal e que se reafirma no capitalismo. A origem da

desqualificação da mulher no âmbito do trabalho, enquanto força de trabalho secundária e menos importante, se dá em virtude da determinação do trabalho masculino como o mais importante, sendo ele considerado ser edificador e promotor do progresso (SAFFIOTI, 1976).

A mulher, nesse sentido, não dispõe da propriedade da sua força de trabalho nas mesmas condições que os homens e se encontra como um ser super explorado dentro da classe dos trabalhadores. De acordo com os estudos de Guillaumin et al. (2014), apresentam-se dois elementos importantes que ajudam na compreensão dessa condição social criada para a mulher. O primeiro é o açambarcamento e apropriação física, o que corresponde a posse da força de trabalho feminina pelo homem e pelo capital. O outro refere-se ao fato de ser o corpo um reservatório de força de trabalho, podendo então ser apropriado. Assim, a origem da apropriação da mulher está nessa possibilidade de apropriação material. A análise reforça ainda que:

Quando a exploração das mulheres é analisada e descrita, a noção de “força de trabalho” ocupa um lugar central. Mas, estranhamente, ela é empregada na perspectiva de uma relação social que é justamente aquela em que as mulheres, enquanto classe, estão ausentes: a força de trabalho é, em tal perspectiva, apresentada como “a única coisa que o operário tem para vender, a sua capacidade de trabalhar”. A despeito de ser, de fato, exato para o operário homem atual, isso não se aplica para o operário mulher nem para qualquer outra mulher, nos dias atuais. Tal concepção de força de trabalho como a última coisa de que se dispõe para viver é inadequada para a classe das mulheres em seu conjunto (GUILLAUMIN, TABET E MATHEUS, 2014, p. 32).

É neste sentido que se define o conceito de “classe social das mulheres”, pois compreende-se que a mulher constitui uma classificação específica, como ocorre com os negros e indígenas, sendo estas classes compostas de pessoas que passam a ser tratadas como diferentes. O conceito de classe social fica então mais evidente, pois só o modo de produção capitalista consegue expor essas diferenças de classe com tanta vivacidade. A mulher, portanto, constitui uma classe dentro de outra classe e, como classe, ocupa lugar de disputa em uma posição inferior. É esta situação definida para a mulher que termina por colocá-la numa condição de dominada. Sendo assim,

Não é possível ser, ao mesmo tempo, proprietário de si mesmo e propriedade material de outro. A natureza das relações sociais tais como a sexagem ou a escravidão é, de certa forma, invisível, pois os que, em tais relações, estão na condição de dominados não se encontram em um nível de realidade muito diferente daquele de um animal ou de um objeto, por mais valiosos que sejam esses animais ou objetos (GUILLAUMIN, TABET e MATHEUS, 2014, p. 50).

Acompanhando o surgimento das novas formas de acumulação de capital e as transformações do mundo globalizado, o papel da mulher frente à sociedade vem se alterando e se dando em um contínuo crescimento. A força de trabalho feminina é parte dessa transformação junto com a expansão das relações de trabalho nas últimas décadas. A condição da mulher na sociedade capitalista tende a se reafirmar pela submissão, seja na família ou no trabalho, o que não é superado necessariamente com a modernização do modo de produção e das relações de trabalho.

Existem lógicas que estruturam determinadas predisposições na definição da realidade social, ou seja, um contexto social que independe da nossa vontade e que exerce algum tipo de coerção sobre o nosso comportamento. Segundo Hirata (2009), o capitalismo se apropria das diferenças biológicas sexuais e explora a força de trabalho, seja ela feminina ou masculina. No entanto, as mulheres encontram-se em uma situação mais precária do que a dos homens, uma vez que representam a mão-de-obra mais explorada por possuírem natureza e disposição ditas femininas. É comum associar à mulher os comportamentos dóceis e sensíveis, mas também submissos e obedientes, o que termina por se externalizar para o ambiente de trabalho de modo a reproduzir a sujeição. A autora identifica que as mulheres exercem as mesmas atividades que os homens, mas recebem menos, e essa desigualdade é mais acentuada no caso brasileiro. De acordo com suas pesquisas, há um diferencial salarial da ordem de 30% no Brasil entre o trabalho feminino e o masculino, enquanto na França varia entre 20% e 25%.

As investigações de Hirata (2009) ainda apresentam elementos relevantes a respeito do processo de globalização e seu impacto sobre o mundo do trabalho, trazendo à tona conceitos como o de flexibilização e desregulamentação do trabalho. Neste caso, é a flexibilização da produção que leva à flexibilização do trabalho, e em se tratando das condições do trabalho feminino, é possível observar maior propensão ao trabalho precário e desregulamentado. Além disso, Hirata expõe a análise dos índices de precarização do trabalho, onde demonstra que em países desenvolvidos, como a França, as pesquisas da sociologia do trabalho já reconheciam esses aspectos mais cedo do que no Brasil, uma vez que a classe trabalhadora já estava mais habituada com esse movimento da terceirização e flexibilização. Nessa situação, a precarização observada na França também possui traços já conhecidos no Brasil, no tocante às condições insalubres, jornadas de trabalho extensivas, etc. No entanto, isso é mais aprofundado quando se trata do caso brasileiro, devido às condições estruturais de desigualdade social. É o mesmo conceito, mas com intensidade diferente considerando, ainda, que no Brasil a formação da classe trabalhadora urbana industrial se verifica

em contexto histórico particular. Se aprofundarmos o olhar sobre as dimensões do rural e urbano, raça, sexo e regiões, estas diferenças se complexificam.

Deste modo, a forma como as mulheres se inserem na cadeia produtiva expõe os traços de uma sociedade que é fruto da herança coronelista e patriarcal, uma vez que a forma da sua inserção não se dá da mesma maneira que a mão de obra masculina. O mercado de trabalho brasileiro também seguiu a tendência global de subjugação da mulher, e as consequências dessa socialização dos papéis sexuais são enxergadas nas formas de organização e nas relações de trabalho, apesar dos avanços conquistados quanto aos direitos femininos legais (BORGES, 2010).

Segundo Saffioti (1984), a integração social e produtiva das mulheres viria a partir da sua própria força de trabalho. E é por isso que o trabalho constitui a melhor dimensão para analisar o fenômeno da desigualdade e a posição em que ocupam as categorias históricas (mulheres e negros) na sociedade capitalista. Assim, o capital se apropria intensamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino e se utiliza das atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo<sup>3</sup> para intensificar a exploração e perpetuar as desigualdades (ANTUNES, 1999). A superestrutura, não é mantida sem os suportes da infraestrutura<sup>4</sup>, ou seja, sem a exploração da força de trabalho. Dessa forma, entender a condição da mulher no sistema de produção capitalista é compreender que não são as características físicas da mulher, ou o preconceito, os responsáveis pelo seu baixo desemprego, mas essas características são preservadas como mediação ideológica útil às condições de reprodução do sistema capitalista. De acordo com Saffioti (1984), “é o preconceito um filtro que acaba eliminando parte de um contingente de trabalhadores potenciais e de situar em condições menos adequadas de produzir e reproduzir sua força de trabalho”.

Deve-se levar em consideração a divisão sexual do trabalho, elemento central que promove a permanência da desigualdade de gênero. A divisão sexual do trabalho provocou desigualdades ainda não superadas, isto porque existem fatores que legitimam a desigualdade entre homens e mulheres. Essa divisão obedece a uma barreira já existente na sociedade, que é a hierarquização

---

<sup>3</sup> O trabalho reprodutivo está associado à condição de gerar filhos, mas também é aquele capaz de gerar força de trabalho e mais valia. Dessa forma, a concepção do trabalho reprodutivo, apresenta o lugar das mulheres no trabalho mercantil, na medida em que se constitui um trabalho integrante e indispensável ao sistema capitalista (SAFFIOTI, 1978).

<sup>4</sup> A superestrutura é constituída pelo conjunto de valores não econômicos (morais, éticos, culturais, etc) nos quais formariam uma base sobre a qual se constrói as instituições, valores e ideias e concepções que predominam na sociedade. A infraestrutura é a estrutura econômica de uma sociedade, resultado do aparato técnico material formado pelas forças produtivas, ou seja, as matérias-primas, os meios produtivos e a força de trabalho e que resultam na produção efetiva de riqueza em uma sociedade (MARTINS, 1999, p. 28).

entre homens e mulheres. Nessa situação, o capital se apropria da força de trabalho e acaba por reproduzir as desigualdades a partir dessa hierarquização. A divisão marca distintos padrões culturais que regulam a participação da força de trabalho feminina na estrutura ocupacional, seja no tempo despendido pela mulher como sendo o dobro do tempo do trabalho masculino, pela defasagem dos ganhos econômicos ou na aceitação social do padrão de trabalhadora apenas para a mulher que não é mãe, entre outros aspectos. Na medida em que a superestrutura situa a mulher em uma condição inferior à do homem, sobretudo nas instâncias político, jurídica e laboral, contribuem para a obstrução do desenvolvimento econômico e social.

É importante reconhecer a categoria analítica do gênero na economia, uma vez que essa questão não foi abordada pela economia tradicional, assim como a incorporação do trabalho de reprodução da vida e da múltipla jornada de trabalho das mulheres. É nessa perspectiva que a análise a partir da categoria gênero torna-se primordial para que possamos, sobretudo, entender a diferenciação entre os sexos e como isso está estruturado nas relações de poder de uma sociedade. Nas relações de gênero também se inclui a análise das relações de poder, pois, é a conexão de gênero, classe e raça que nos permite entender as mudanças, continuidades e desigualdades que marcam as relações de trabalho.

O trabalho é uma esfera social que vai além da dinâmica pragmática. As intensas transformações no mundo do trabalho nos levam a enxergar que o retrato da realidade brasileira abrange vários outros segmentos, que não somente o econômico, para classificar e mensurar a desigualdade. Ao se verificar a presença de diferenciações nas condições e nas relações de trabalho, fica evidente que as desigualdades vão além do mercado, se apresentando em contrastes também no contexto regional e no desenho das desigualdades entre os sexos.

Com as transformações provocadas pela nova ordem econômica global na dinâmica do mercado de trabalho, as relações sociais estabelecidas dentro e fora do mundo do trabalho repercutem de distintas maneiras no modo como as sociedades produzem, e são influenciadas pela expansão tecnológica, pelas novas exigências de qualificação, entre outras. São transformações que não se limitaram apenas ao aspecto produtivo e à economia, mas se expandiram para diversas esferas da vida social e no estreitamento à condição da mulher como a principal responsável pelo trabalho doméstico e de cuidados da família, criando uma sobrecarga para a mão de obra feminina, e ainda não sendo encarado efetivamente como trabalho produtivo.

Apesar dos avanços quanto à participação no mercado de trabalho, vigora no mundo do trabalho uma estrutura tradicional e de continuidades na qual a participação das mulheres no trabalho remunerado tem sido sobretudo através de formas de trabalho mais flexíveis, ligada a setores tradicionais como o de serviços, educação e saúde e de ocupações menos prestigiadas, embora hoje as mulheres já desempenhem atividades que antes eram majoritariamente exercidas por homens.

Essas continuidades, por um lado, dizem respeito a cerca de 40% da força de trabalho feminina que se insere no mercado de trabalho, destacando-se em um polo no qual se incluem em posições menos favoráveis e, em muitos casos, precarizadas quanto ao vínculo de trabalho, à remuneração, à proteção social ou às condições de trabalho propriamente ditas. Por outro lado, as mudanças apontam na direção de um polo oposto, no qual ocorre a expansão da ocupação feminina em profissões de nível superior de prestígio (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000).

A economia feminista fala da importância de visibilizar o trabalho, nesse contexto de expansão capitalista, compreendendo que não existe apenas uma experiência na sociedade, questionando assim o *homo economicus* e os seus recortes androcêntricos, mas mostrando que as mulheres são produtivas e que estas realizam um outro tipo de experiência no trabalho. Essa perspectiva de análise se contrapõe à economia do *mainstream* que investiga o trabalho de mercado no seu desenho mais tradicional, ou seja, na forma como ocorre o processo de troca de bens e serviços, se limitando às transações mercantis, considerando, desse modo, como trabalho meramente aquele trabalho produtivo, deixando de lado o trabalho de reprodução da vida.

Apresentando essa discussão a partir do olhar de outras correntes teóricas, Di Sabatto et al. (2009) revela que a perspectiva feminista, bem como a análise do trabalho doméstico teve pouca atenção tanto para a corrente neoclássica como para a abordagem marxista. A exceção foi o economista clássico John Stuart Mill e Harriet Taylor, que reconheceram o trabalho doméstico, mas não o incorporaram na análise econômica.

A economia feminista, em consequência, mostra a necessidade de ressignificar o trabalho, uma vez que existem atividades realizadas pelas mulheres que estão ocultas, horas de trabalhos que não são contabilizadas, entre outros aspectos. Trazer essa dimensão à tona é um caminho para reconhecer o aumento da produtividade e eficiência da economia, uma vez que existem atividades que estão sendo operadas, mas invisibilizadas. Assim, a economia feminista surge para dar evidência ao aporte econômico das mulheres.

Essas questões ganham ainda mais relevância nos dias atuais, uma vez que estamos vivenciando um contexto de crise prolongada e de avanço neoliberal pela intensificação da exploração do trabalho, com aumento do desemprego e mudanças no padrão do trabalho. A forma de contratação da mão de obra feminina acaba se dando de maneira precarizada, com intensificação de jornada, muitas vezes passada de forma naturalizada, e onde o seu sucesso profissional é discutido, na maioria das vezes, de uma forma muito superficial (ANTUNES, 2002).

Saffioti (1978) destaca que o desempenho de uma atividade funcional representa condição *sine qua non* para a participação das mulheres na sociedade em outras esferas da vida social. Dessa forma, atividades que não somente se restrinjam ao trabalho reprodutivo são indispensáveis como um caminho para a igualdade social das mulheres em relação aos homens no campo econômico.

Ademais, analisar o trabalho feminino no contexto da economia capitalista e seus desdobramentos na economia regional, nos leva a enxergar as assimetrias geradas em função da inserção desigual das mulheres no mercado de trabalho, sendo este marcado pela discriminação por gênero no qual assume uma forma segregacionista, evidenciando-se, ainda, a existência de um hiato entre o cenário atual e o ideal de equidade de gênero no mercado de trabalho. É a partir dessas condições que o conflito entre a produção e a reprodução da vida fica ainda mais evidente para as mulheres, indicando a necessidade de se traçar objetivos e políticas com foco nas desigualdades de gênero, classe e raça com ações específicas e que contribuam para a eliminação da divisão sexual do trabalho e que priorize um modelo econômico mais sustentável e inclusivo.

## **5 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA REGIÃO NORDESTE (2000 A 2018)**

Nos capítulos anteriores foram ressaltados os principais elementos do desenvolvimento econômico brasileiro, e como impactaram na região Nordeste. Além disso, foi posto o retrato da condição feminina no mundo laboral da economia capitalista e como o modelo de desenvolvimento econômico pode refletir também em uma dinâmica de discriminação no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho do Nordeste brasileiro é recortado por uma série de antagonismos na sua organização do trabalho, resultado também da diferenciação de renda, produtividade e investimentos na região. As políticas de desenvolvimento econômico e macroeconômicas estiveram sempre combinadas, e oscilações na economia afetam o mercado de trabalho na medida em que, variáveis como a oferta de crédito, a título de exemplo, pode provocar uma queda do consumo, seguido de queda de confiança no sistema, desestimulando assim o funcionamento e o desenvolvimento das empresas, levando à estagnação ou queda nos níveis de emprego (BORGES, 2009).

Considerando a taxa média de desocupação do Nordeste no ano de 2018, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) indicou 16,4% para as mulheres e 13,65% para os homens, sendo os maiores resultados registrados entre as regiões brasileiras. Ainda de acordo com a pesquisa, o percentual de ocupados apresentou maior proporção para os homens com 57,6% da força de trabalho ocupada, enquanto as mulheres responderam por uma taxa de 42,4%. Com efeito, os dados a seguir apresentam alguns indicadores socioeconômicos, demográficos e sociais para que seja possível construir uma análise sobre a presença das disparidades entre as atividades dos homens e das mulheres no mercado de trabalho nordestino.

### **5.1 PERFIL SOCIAL E DO MERCADO DE TRABALHO NORDESTINO**

Nesta seção, serão destacadas algumas condições demográficas e socioeconômicas do Nordeste brasileiro. Inicialmente, serão apresentadas as particularidades demográficas da região e, em seguida, os dados sobre atividade econômica e mercado de trabalho, consideradas variáveis sociais importantes para entender o desenvolvimento e o cenário em que se encontram as mulheres nordestinas. As principais bases de dados utilizadas para construir essas informações

socioeconômicas foram o IBGE, com o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, e a Secretaria de Trabalho<sup>5</sup> do Ministério da Economia, com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

### 5.1.1 Demografia, educação e pobreza

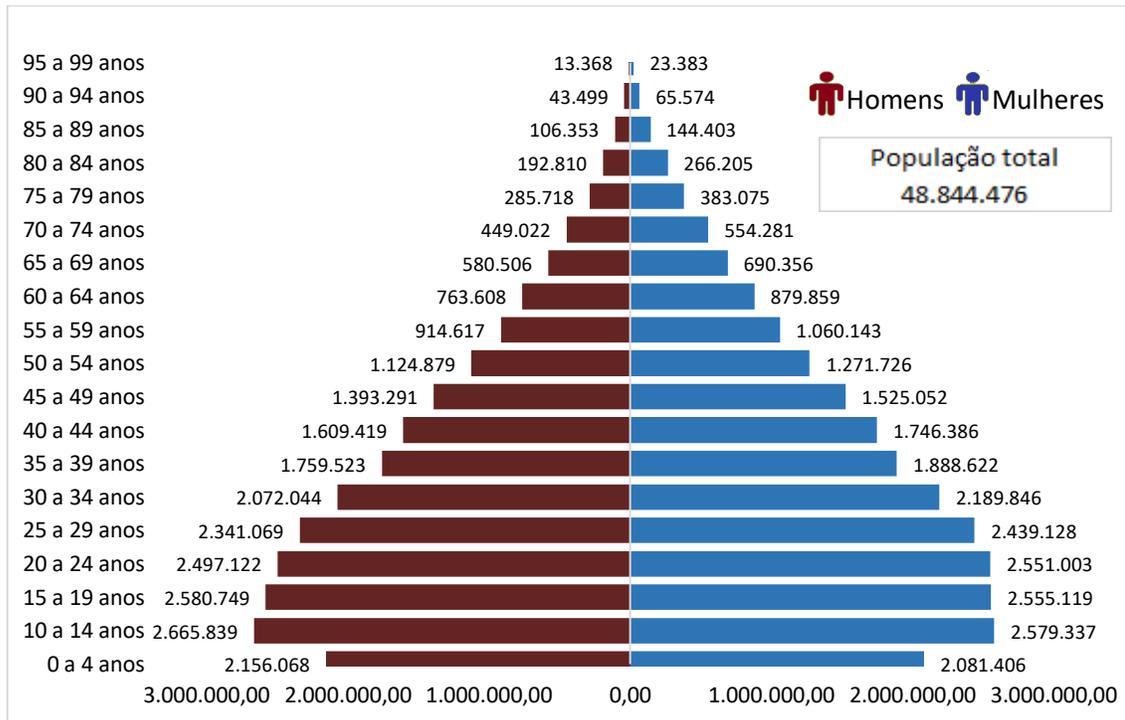
Formado pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, o Nordeste teve a população estimada para o ano de 2018 em 56.760.780 de pessoas, o que representa cerca de 26% da população brasileira. Foi observado um crescimento relativo considerável de 16,2% quando comparado ao ano de 2010, que registrava 48.844.476 de pessoas. Em 2010, havia maior concentração de mulheres (25.091.496) do que de homens (23.752.980), conforme o Gráfico 1.

A população nordestina tem apresentado crescimento, principalmente nos grandes centros urbanos, com taxa de urbanização de 73,7% no ano de 2015, segundo a Sistema de Informações Sociais – SIS/IBGE. Além disso, assim como ocorre para o Brasil, há uma redução da taxa de fecundidade, onde a estimativa para 2018 foi de 1,75 filho por mulher, enquanto as projeções para 2060 apontam para 1,66 filho por mulher, segundo o Banco do Nordeste (2018). Outro fenômeno importante a ser registrado é a tendência de crescimento da população acima de 60 e 70 anos de idade, sendo a maioria de mulheres. Como consequência do aumento da expectativa de vida e da queda da fecundidade, a população nordestina e do país está envelhecendo gradativamente, segundo o IBGE, e a tendência é que haja um estreitamento da base da pirâmide, refletindo a posição dos mais jovens, e um alongamento nos níveis de idade mais avançadas.

---

<sup>5</sup> Criado em 1930, o Ministério do Trabalho e Emprego foi um órgão do governo do Brasil, reestruturado pelo presidente Michel Temer por meio de medida provisória e extinto durante a reforma ministerial no início do governo de Jair Bolsonaro, tendo suas atribuições concentradas na Secretaria de Trabalho no Ministério da Economia, e divididas entre o Ministério da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ver: BRASIL. Planalto, 2019.

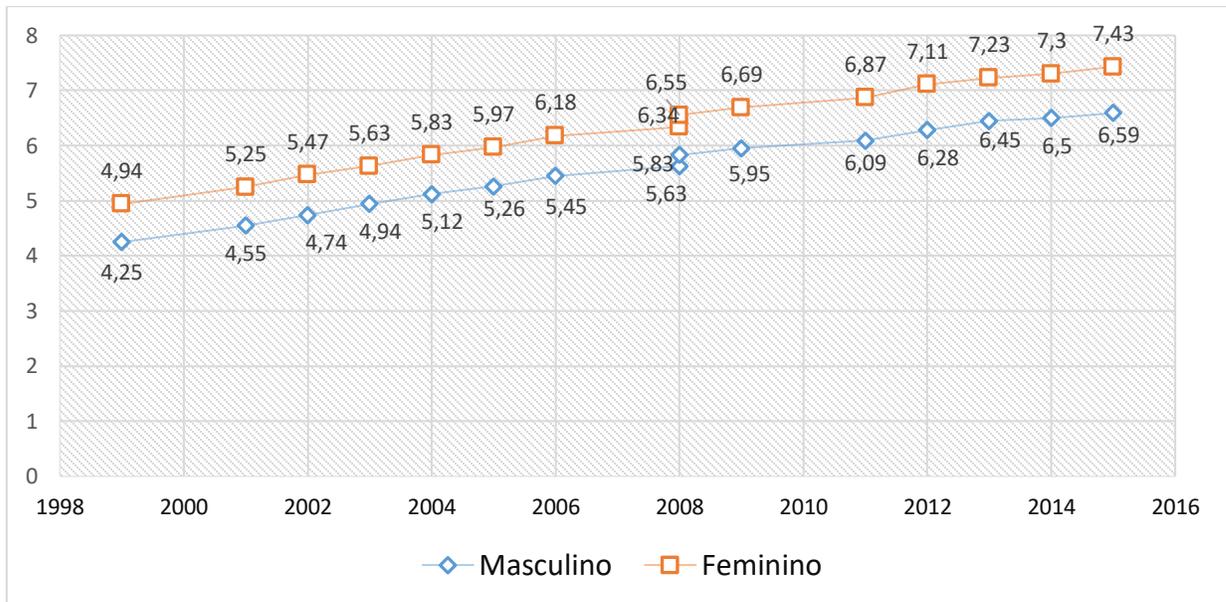
**Gráfico 1 - Nordeste: População residente, por sexo – 2010 (pessoas)**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Com base nos resultados apresentados no Gráfico 2, foi verificado que as mulheres possuem mais anos de estudos do que os homens. A evolução ao longo dos anos registra uma trajetória crescente, para ambos os sexos, todavia, as mulheres estudam o equivalente a meio ano a mais do que os homens. Ainda podemos notar que, do ano de 2006 em diante, as mulheres obtiveram uma vantagem relativa maior. Já no ano de 2015, tem-se uma diferença de quase um ano de estudo a mais das mulheres (0,83) do que os homens. Este é um importante indicador, tendo em vista que quanto mais anos de estudos a pessoa possui, mais propensa estará de conseguir exercer uma atividade no mercado formal, apesar da instrução não ser garantia de empregabilidade. Mesmo com indicadores de instrução relativamente altos para as mulheres, elas estão situadas em piores condições de trabalho quando se compara com a posição dos homens no mercado de trabalho.

**Gráfico 2 - Nordeste: Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, pessoas pobres e extremamente pobres, por sexo, 1999 a 2015 (média)**



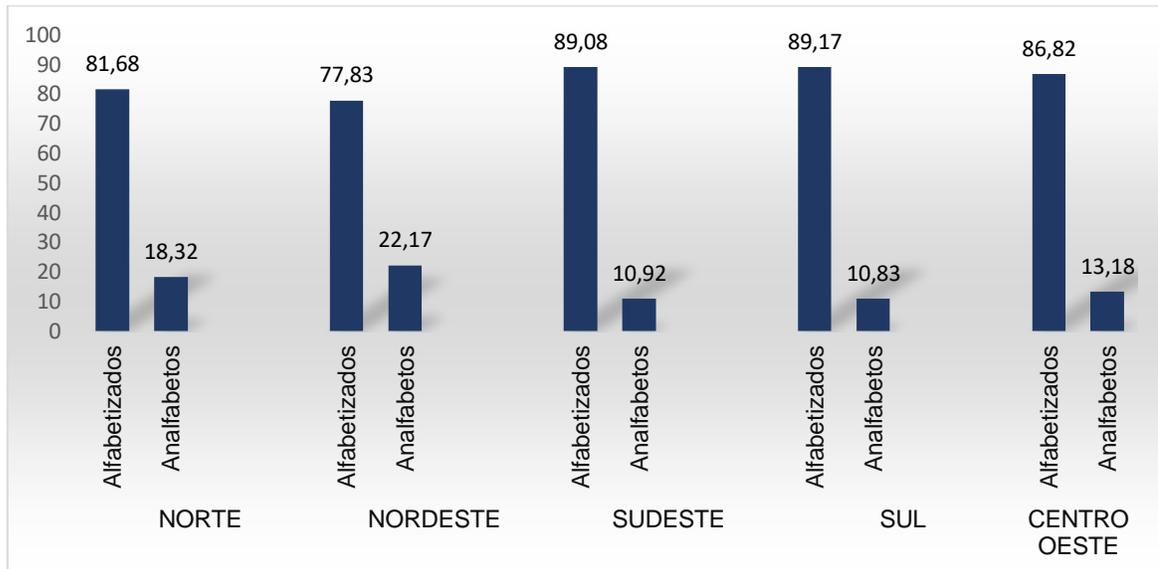
Fonte: IPEA/Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Elaboração própria, 2019.

\*A PNAD não foi realizada nos anos de 2000 e 2010.

Ainda em relação à educação, o Nordeste vem registrando taxas elevadas de analfabetismo quando comparado às demais regiões brasileiras. No Gráfico 3, é apresentado o total de pessoas alfabetizadas. Em 2015, os indicadores registraram 77,83% da população nordestina alfabetizada, contra 22,17% da população sendo analfabeta. Este último resultado foi maior que o percentual das regiões Sul e Sudeste juntas (21,75%). Os números de analfabetos são maiores para as faixas etárias de 60 anos ou mais de idade.

Por outro lado, houve avanço em outros níveis educacionais, como no ensino superior completo. O percentual passou de 15,3% em 2016 para 15,7% em 2017 de pessoas com 25 anos ou mais de idade que possuíam ensino superior completo, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE). No entanto, quando se tem um olhar mais apurado nesta trajetória é possível considerar a necessidade de melhorar ainda mais esses indicadores, a partir do fortalecimento da política nacional de educação.

**Gráfico 3 - Grandes Regiões: distribuição por número de pessoas alfabetizadas, 2015 (%)**

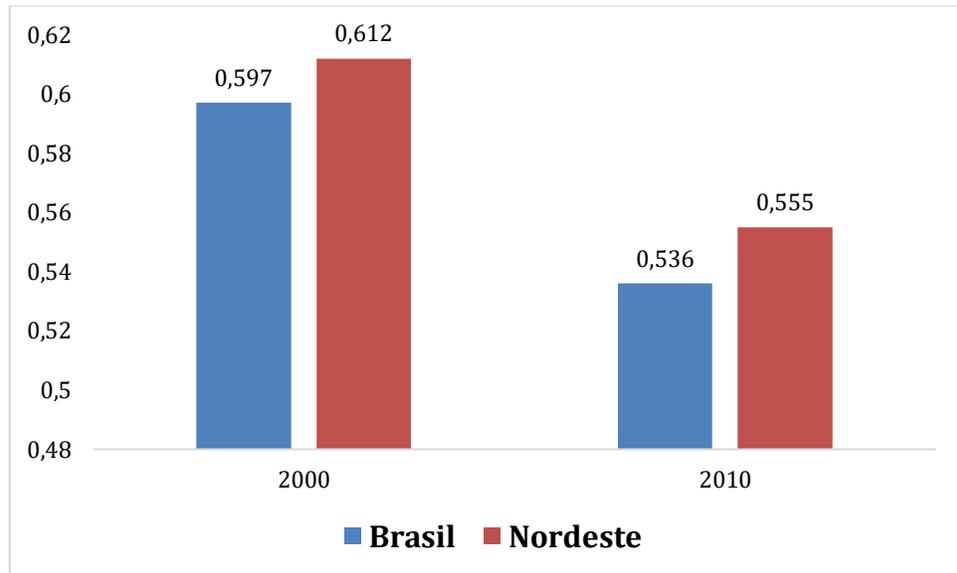


Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração própria pelo software STATA, 2019.

Além disso, ao longo de 2002 a 2018, a região vem liderando a taxa nacional de analfabetismo, segundo o IBGE. Esses resultados podem se refletir, de maneira geral, em déficits de qualificação profissional e na dificuldade da população obter melhores oportunidades salariais, o que ilustra também o comportamento do perfil da mão-de-obra nordestina, através de uma concentração de parte da população em níveis de instrução mais baixos.

A melhoria do perfil distributivo da renda no Nordeste pode ser observada pela trajetória declinante do Coeficiente de Gini entre 2000 e 2010 (Gráfico 4). O índice de Gini é um indicador que mede a concentração de renda em uma distribuição que varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima). Mesmo que no Nordeste o índice tenha sido reduzido para o patamar de 0,555 em 2010, ainda se encontra acima do resultado obtido para o Brasil, o que mostra a existência significativa de concentração de renda da população mais rica em uma região historicamente pobre.

**Gráfico 4 – Brasil e Nordeste: Índice de Gini\* em 2000 e 2010**

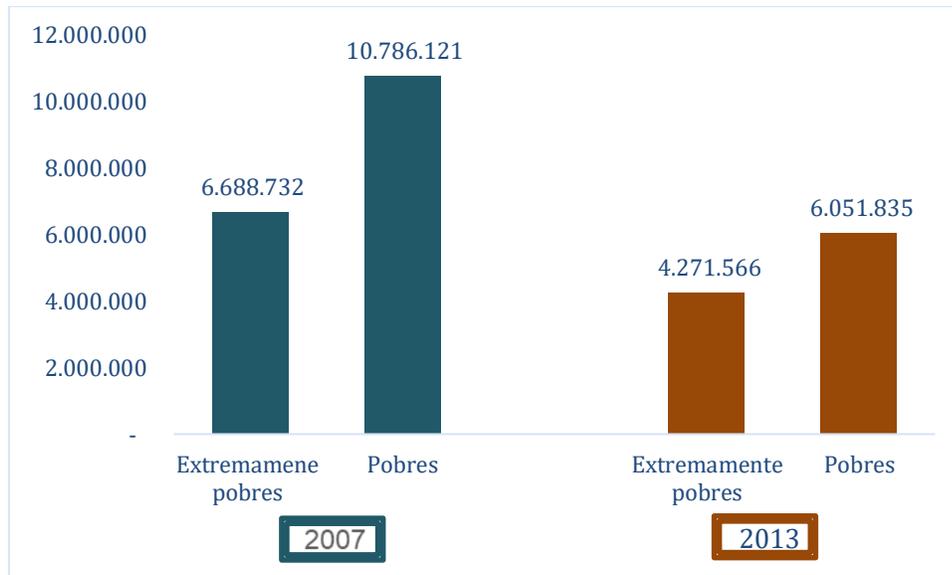


Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010. Elaboração própria, 2019.

\* Rendimento mensal domiciliar.

Quanto aos indicadores de pobreza, houve uma redução do número de nordestinos vivendo em condição de pobreza e extrema pobreza entre o ano de 2007 e o ano de 2013 (Gráfico 5). A linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial corresponde ao rendimento de até US\$ 5,5 por dia, ou R\$ 406 por mês (IBGE, 2018). No Brasil, com a alteração do artigo 18 da Lei nº 10.836, pelo Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016, passou-se a definir as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza sendo aquelas com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente. Essa redução pode ser reflexo da implantação das políticas públicas de combate à fome e à miséria, como por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), que tem como propósito principal transferir renda diretamente às famílias carentes, contribuindo para o alívio da condição de pobreza do Nordeste.

**Gráfico 5 – Nordeste: População vivendo em condição de pobreza e extrema pobreza - 2007 e 2013 (%)**



Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria, 2019.

Apesar da redução, conforme mostram os dados, o número considerável de pessoas em situação de pobreza e vivendo na extrema pobreza no Nordeste sempre foi uma realidade. Na contemporaneidade, na medida em que o contexto da dinâmica econômica e social é marcado por transformações econômicas, sobretudo pelo processo de globalização, essas mudanças afetam seriamente a pobreza. Isso fica cada vez mais explícito quando se vivencia uma situação na qual a democracia está em crise e/ou enfraquecida. Isto porque, segundo Hofmann (2019), para o BBC News Brasil, a desigualdade social priva grande parte da população dos direitos básicos de uma sociedade, e isso reflete na perda de interesse dos excluídos em serem representados politicamente. Por isso, são necessárias políticas de proteção social mais eficientes, o acesso a bens financeiros e o compromisso dos agentes políticos em combater esse problema.

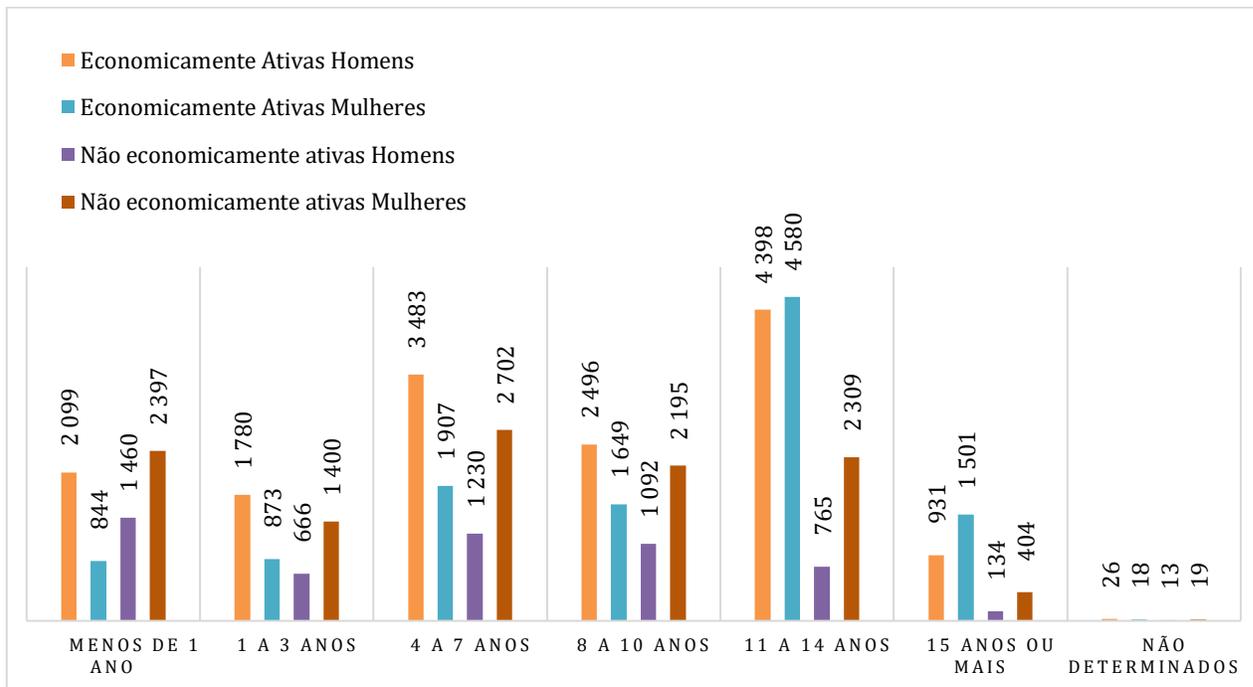
### 5.1.2 Atividade econômica e mercado de trabalho

Os indicadores apresentados na seção anterior se refletem também nas posições sobre as quais a população irá se situar no mercado de trabalho. Assim, as informações a seguir expõem a análise de alguns elementos da estrutura econômica e do trabalho no Nordeste, buscando,

inicialmente, observar a posição de homens e mulheres dentro no espaço nordestino e em relação às demais regiões brasileiras.

O Gráfico 6 exibe a população por condição de atividade, mensurando as características socioeconômicas e espaciais do Nordeste. A população economicamente ativa é constituída pelas pessoas ocupadas e desocupadas, enquanto que a não economicamente ativa é formada pela parcela da população que não está classificada nas posições anteriores citadas, ou seja, não possuem idade, interesse ou condições de exercer algum trabalho (aposentados, idosos, deficientes, etc.). As mulheres economicamente e não economicamente ativas se situam como maioria nas faixas que registram 11 a 14 anos de estudo e 15 ou mais, em comparação aos homens, o que confirma mais uma vez que as mulheres possuem nível de instrução mais elevada do que os homens.

**Gráfico 6 - Região Nordeste: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, sexo e grupos de anos de estudo em 2015 (1000 pessoas)**

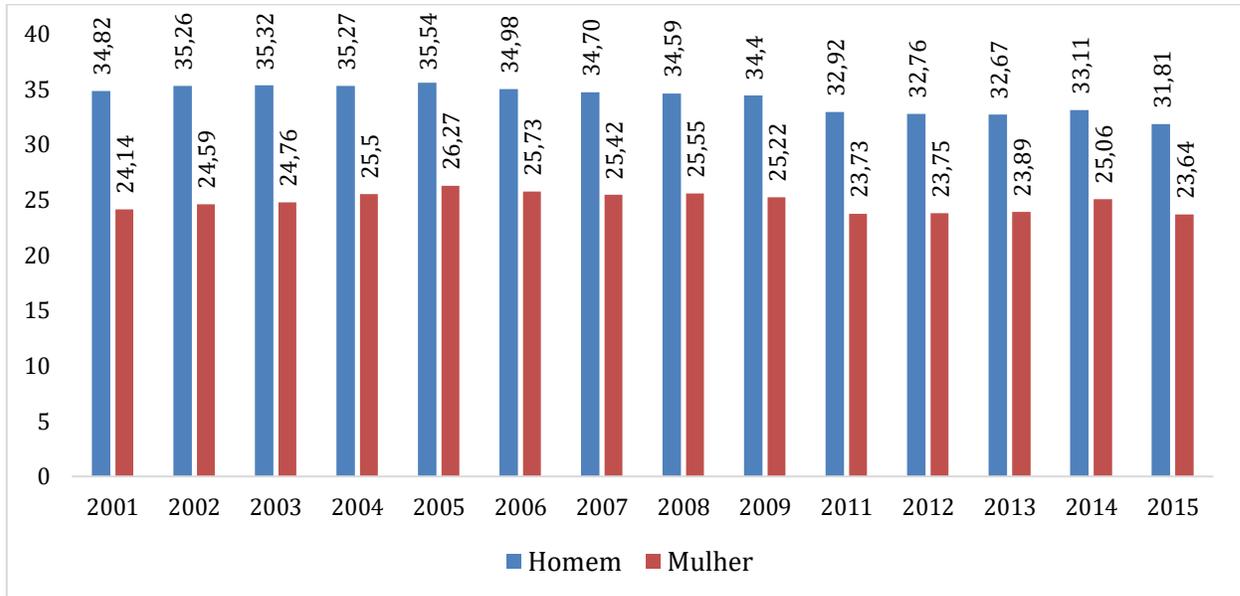


Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração própria, 2019.

Analisando o comportamento das taxas de atividade para homens e mulheres da população economicamente ativa, observou-se que ambos os sexos vinham em uma trajetória crescente de participação no mercado de trabalho de 2001 a 2005. Nota-se que houve redução do hiato de gênero

nas taxas de atividade no mercado de trabalho de 2004 a 2007, quando a distância em termos percentuais foi diminuída pela maior participação das mulheres, se comparado aos anos anteriores. No entanto, após 2008, verificou-se redução da taxa de participação para ambos os sexos (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Nordeste: população economicamente ativa por sexo de 2001 a 2015 (%)**



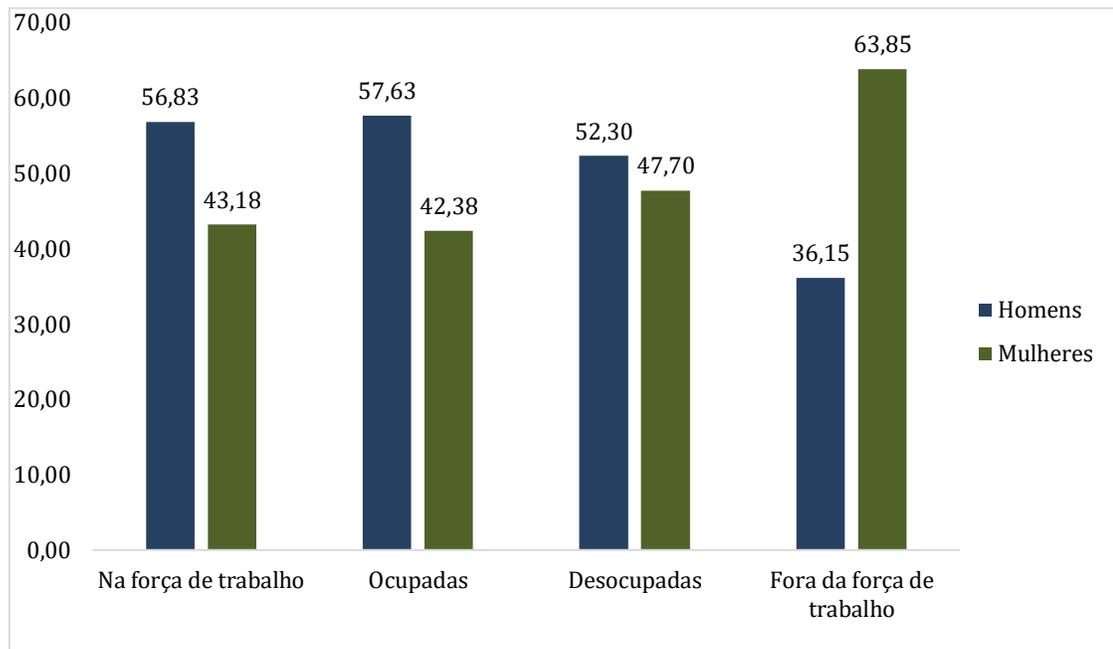
Fonte: IBGE. PNAD – Elaboração própria, 2019.

A realidade mostra que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não eliminou, ainda, os problemas de segregação ocupacional, uma vez que o hiato presente entre homens e mulheres no mercado de trabalho se apresenta de forma marcante nos anos apresentados e ainda nos anos recentes.

A distribuição percentual das pessoas na força de trabalho, por sexo, é exposta no Gráfico 8. Embora as mulheres apresentem mais anos de estudos do que os homens, e estejam aumentando a participação relativa no mercado de trabalho, essa dimensão não é suficiente para a sua permanência nesse mercado. No ano de 2018, o total da força de trabalho nordestina constituía-se por 56,83% de homens e 43,18% de mulheres. Destes, 57,63% dos homens estavam ocupados contra 42,38% das mulheres. No entanto, é possível notar que as mulheres que se encontram na situação “fora da força de trabalho” são a maioria, caracterizando a existência de disparidades importantes na forma de inserção de mulheres e homens no espaço produtivo. Ademais, a

segregação ocupacional por gênero está presente no mercado de trabalho nordestino, assim como no Brasil, de maneira que as desigualdades se manifestam já na entrada desse mercado. A desocupação para as mulheres exibiu taxa de 16,40%, enquanto para os homens foi de 13,65% em 2018.

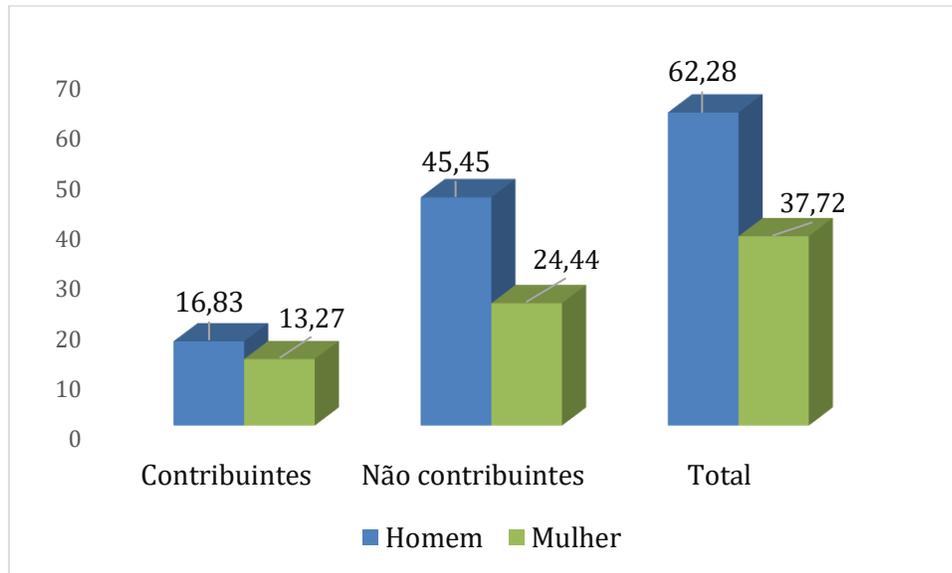
**Gráfico 8 - Nordeste: Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, por sexo na semana de referência em 2018 (%)**



Fonte: IBGE/PNADT – Elaboração própria, 2019.

Considerando a previdência, existe uma parcela significativa de trabalhadores ocupados sem carteira de trabalho assinada e sem contribuição previdenciária, o que pode afetar as condições para uma futura aposentadoria e sobrevivência dessas pessoas. No Gráfico 9, observa-se a parcela de trabalhadores contribuintes com a previdência social. Entre estes contribuintes, predomina os trabalhadores homens, enquanto que a maior parte dos trabalhadores que não contribuem é constituída por mulheres. A existência dessa diferenciação está relacionada à maior participação das mulheres em posições mais precárias de emprego e de ocupação, relativamente aos homens.

**Gráfico 9 – Nordeste: contribuintes\* com a previdência social por sexo – 2015 (%)**



Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração própria, 2019.

\*Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e que procuravam trabalho.

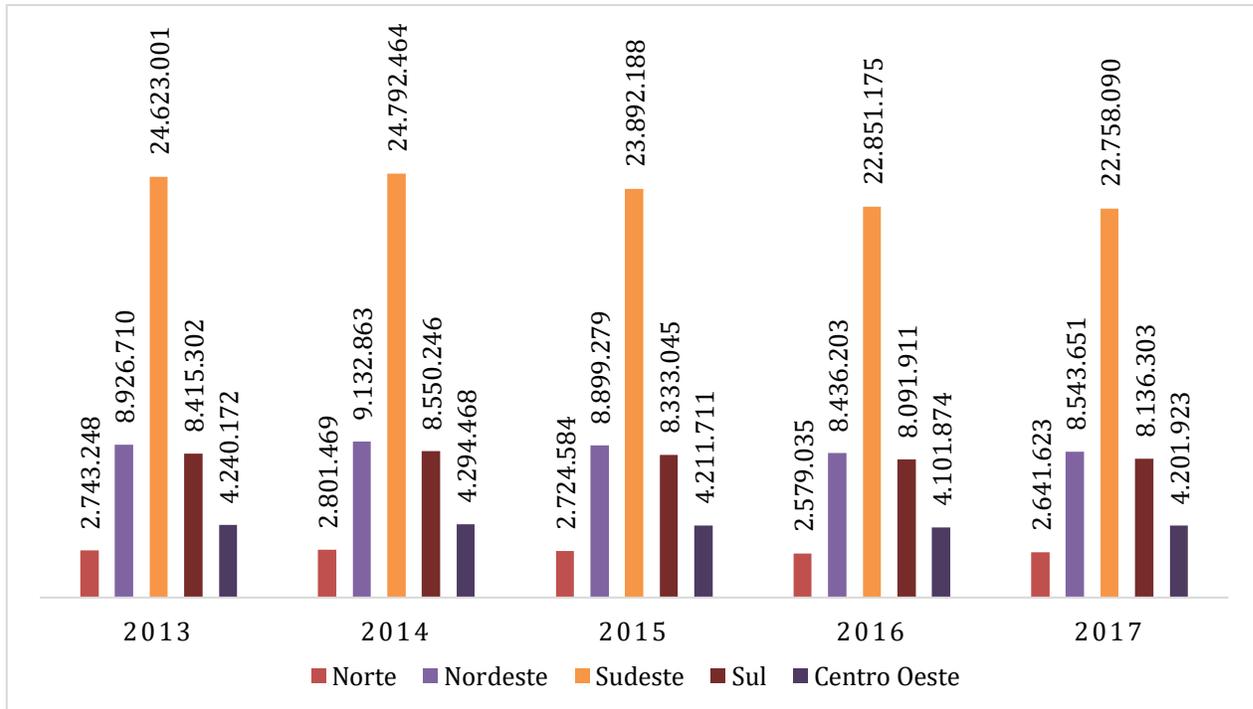
Esta situação do mercado de trabalho denota a necessidade de políticas de conscientização e fiscalização das condições de trabalho no Nordeste, tendo em vista que a não contribuição do trabalho para a previdência social pode se traduzir em não garantia de direitos oriundos do trabalho, especialmente, no tocante ao direito à aposentadoria por tempo de serviço, licença maternidade, proteção e assistência social decorrente da condição no trabalho.

Em um contexto de desregulamentação das relações sociais de trabalho, o que culminou na proposta de Reforma Previdenciária no Brasil, em 2019, é possível considerar que as mulheres serão mais afetadas do que os homens, uma vez que são elas a maior parcela de trabalhadores ocupados sem contribuir com a previdência e estão alocadas em vínculos com menor remuneração. Logo, estas pessoas não possuem tempo de contribuição suficiente que lhes garanta o direito à aposentadoria, o que implica diretamente em precarização do trabalho sobre a força de trabalho feminina em condições instáveis de trabalho.

A análise do comportamento dos empregos formais do ano de 2013 a 2017, apresentada no Gráfico 10, segundo a área geográfica, apontou que a região Sudeste é a que mais concentra a população trabalhadora com vínculos formais hoje no Brasil, representando 49% dos empregos.

Destaca-se também que houve queda na produção de empregos ao longo desses anos para todas as regiões. O Nordeste, no ano de 2017, registrou 8.543.651 de empregos formais, uma queda de - 4,29 pontos percentuais em comparação ao ano de 2013.

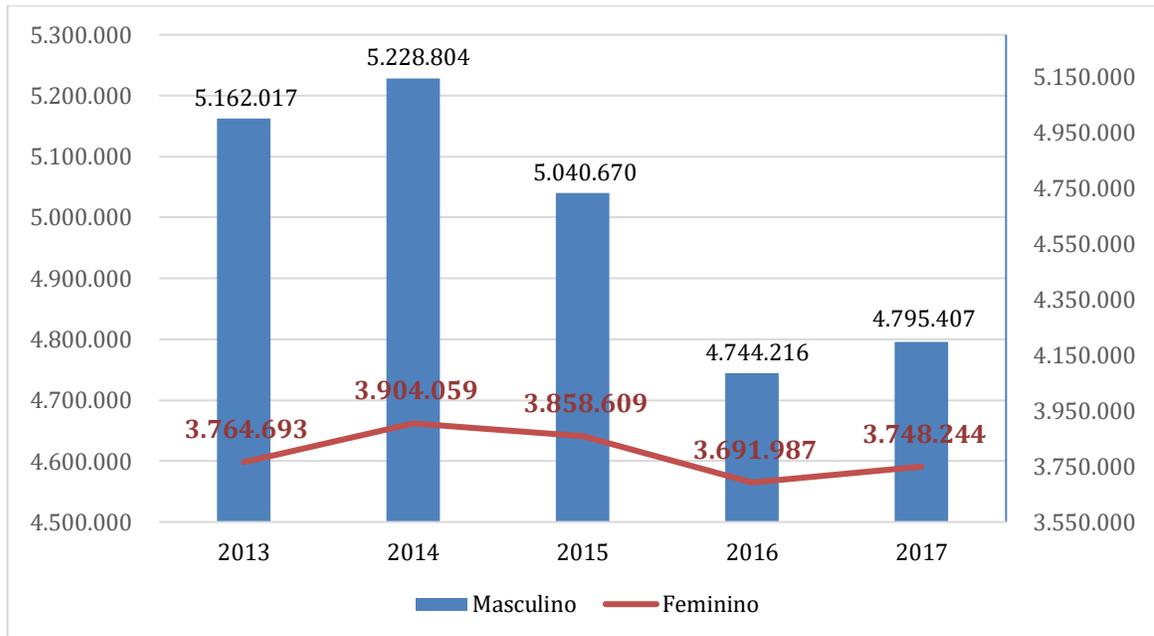
**Gráfico 10 – Grandes Regiões: empregos formais por área geográfica de 2013 a 2017 (N° Pessoas)**



Fonte: RAIS. ST. Elaboração própria, 2019.

No Gráfico 11, destaca-se o total de trabalhadores ocupados no setor formal, por gênero, no ano de 2013 a 2017. Na divisão por gênero, demonstra-se que em todos os anos foi absorvido mais a população masculina no emprego formal do que a feminina. Durante o período de 2014 a 2017, expandiu-se o desemprego em virtude da crise econômica, atingindo todas as grandes regiões e setores de atividade econômica. Isso fica evidente pela queda no nível de empregos formais, atingindo ambos os gêneros.

**Gráfico 11 – Região Nordeste: empregos formais por gênero - 2013 a 2017 (Nº Pessoas)**



Fonte: RAIS. ST. Elaboração própria, 2019.

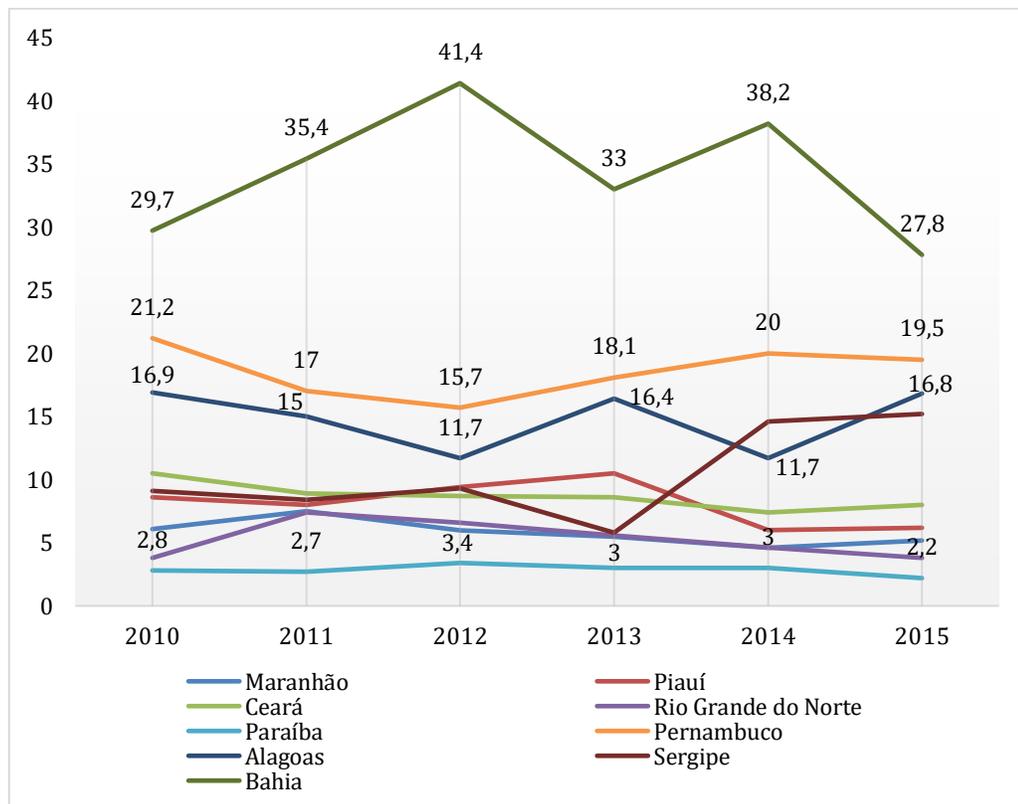
Analisando o funcionamento do mercado de trabalho formal é possível visualizar como a desigualdade econômica pode ser reforçada através dos vínculos que as mulheres efetivamente possuem. No caso nordestino, apesar da trajetória crescente nos anos anteriores a 2013, em momentos de crise as mulheres são as que mais sentem os seus efeitos e, assim, aumenta-se a distância para alcançar a igualdade de gênero no trabalho.

A partir da criação da SUDENE, o estado da Bahia foi o maior beneficiado com os incentivos financeiros. Segundo Oliveira (2003a apud Oliveira, 2016, p. 54), tais recursos serviram, principalmente, para a criação da infraestrutura industrial, como a instalação da refinaria de Mataripe da Petrobrás, e pela construção do Centro Industrial de Aratu que preparou as bases para a implantação, nos anos de 1970, do Complexo de Camaçari. Os outros estados que apresentam destaque na economia regional são Pernambuco e Ceará.

O Gráfico 12 apresenta a proporção do valor adicionado das indústrias nos estados do Nordeste entre 2010 e 2015. Podemos observar que o Estado da Bahia se sobressai em relação aos demais, vindo em uma linha crescente de 2010 a 2012. Em seguida, apresentou uma queda no ano de 2013. É importante ressaltar que neste ano a Bahia foi o segundo estado a receber os maiores

incentivos fiscais, segundo o relatório da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros da Sudene. Com cerca de R\$ 4,7 bilhões, teve como destaque o investimento que foi realizado pela Basf S.A., da ordem de R\$ 1,3 milhão para a implantação de uma unidade fabril no município de Camaçari. O maior favorecido com recursos foi o Maranhão, tendo registrado a importância de R\$ 13,5 bilhões por conta do investimento realizado pela Vale S.A., no valor de R\$ 5,9 bilhões para a implantação de um novo berço de atracação no PIER IV do Terminal Portuário de Ponta da Madeira.

**Gráfico 12 - Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total (%)**



Fonte: IBGE. CONAC. Elaboração própria, 2019.

Apesar da queda no valor adicionado nas indústrias dos estados entre 2013 e 2014, possivelmente em função da redução dos recursos para investimentos do setor público com a instabilidade política e econômica no contexto nacional, no ano de 2015 foi registrado crescimento, com exceção dos estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba. Ainda segundo o relatório, a Paraíba teve como destaque um volume de investimentos de R\$ 701 milhões, destinados à Companhia de

Cimento da Paraíba, em Pitimbu, com o anúncio da geração de aproximadamente 6.600 postos de trabalho. Mas, ao longo de 2012 a 2015, observou-se uma trajetória de queda no valor adicionado total da indústria na Paraíba, sobretudo por conta da crise que atuou no sentido de postergar a ampliação do Polo Cimenteiro no estado (ANJOS, 2017).

No ano de 2013, a maior parte dos recursos de incentivos fiscais foram destinados aos estados do Maranhão, Bahia e Pernambuco, como se observa na Tabela 1. Esses estados concentraram cerca de 81,07% dos investimentos. Maranhão foi o estado que captou a maior parte desses recursos direcionados ao Nordeste (49,72%), enquanto a Paraíba deteve apenas 4,11%.

**Tabela 1 - Projetos beneficiados com incentivos fiscais - 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (R\$)**

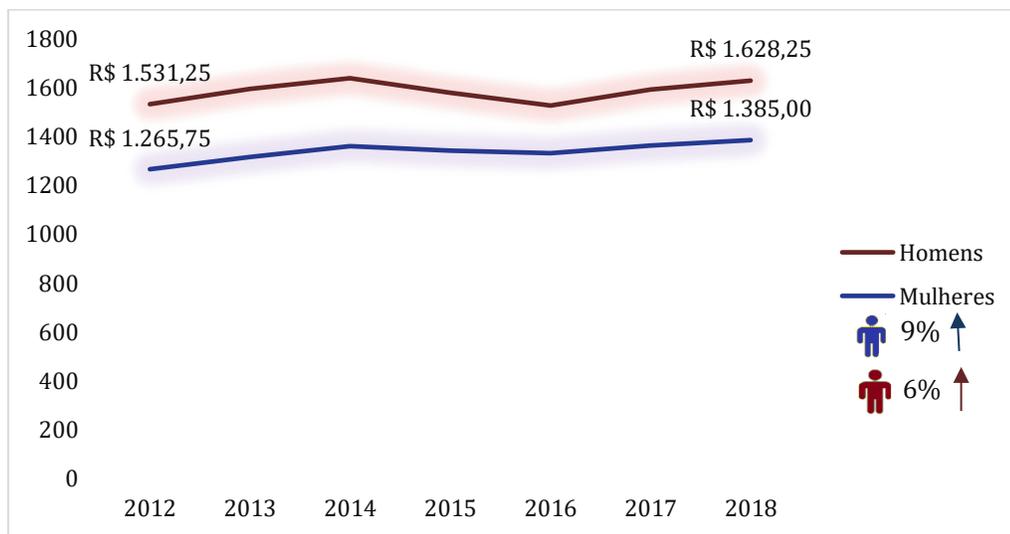
<b>ESTADOS</b>	<b>INVESTIMENTOS (R\$)</b>
Maranhão	13.467.991.928
Piauí	116.888.221
Ceará	1.083.422.435
Rio Grande do Norte	1.328.171.834
Paraíba	1.112.989.183
Pernambuco	3.823.734.178
Alagoas	1.190.521.501
Sergipe	294.455.733
Bahia	4.667.861.366

Fonte: SUDENE/ DFIN/CGIF/CIE. Elaboração própria, 2019.

Ainda que a participação das mulheres na atividade econômica nordestina tenha apresentado crescimento, com um aumento de sua presença na participação da força de trabalho, não foi um resultado suficiente para reduzir os níveis desiguais de rendimento do trabalho entre os homens e mulheres. O comportamento recente do rendimento médio do trabalho principal pode ser observado no Gráfico 13, no qual se apresenta um comparativo da trajetória do rendimento por gênero de 2012 a 2018. Como já foi citado nas observações anteriores, o contexto de crise entre 2014 e 2017, assim como afetou os níveis de ocupação, também repercutiu na queda de rendimentos, tanto masculino como feminino, durante esse período. No entanto, se comparar o rendimento médio recebido no ano de 2012 com o de 2018, verifica-se que houve um crescimento

de 10% no rendimento feminino, enquanto que o masculino registrou 6% de elevação. Quando se fala em participação econômica refere-se não só à posição em termos de aumento na força de trabalho, mas também na remuneração. Neste caso, a igualdade de renda por gênero ainda não foi alcançada e há um longo caminho a percorrer.

**Gráfico 13 – Nordeste: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo – 2012 e 2018 (R\$)**



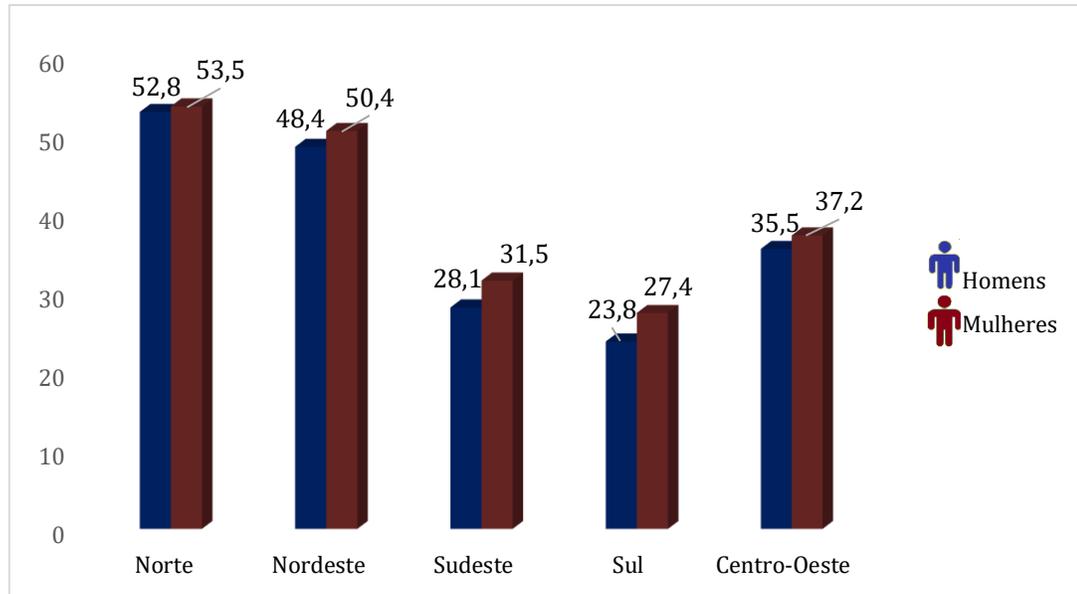
Fonte: IBGE. PNADC – Elaboração própria, 2019.

De acordo com o Gráfico 14, é possível notar que em todas as regiões brasileiras as mulheres são a maioria nas categorias que caracterizam baixa remuneração e/ou trabalho precário no mercado de trabalho, como é o caso do trabalho informal. O destaque é para as regiões Norte e Nordeste, onde concentram a maior parte dos trabalhadores informais do Brasil. Já as menores taxas são registradas nas regiões Sul, por ter menor população em comparação às anteriores, e Sudeste. No Nordeste, 50,4% das mulheres estão em ocupações informais contra 48,4% dos homens.

Considerando o momento de crise na economia brasileira e o aumento das taxas de desemprego, observa-se o aprofundamento das desigualdades no mundo do trabalho. Neste contexto, a mão de obra feminina se encontra mais vulnerável ao desemprego. E, em razão desse desemprego, a pobreza pode ter maior incidência sobre as mulheres. Além disso, as mulheres estão

localizadas como maioria na força de trabalho desocupada, apresentam a menor capacidade em empregabilidade frente ao trabalho masculino, fato que contribui para que terminem sendo encaminhadas para as atividades informais em proporção maior que os homens.

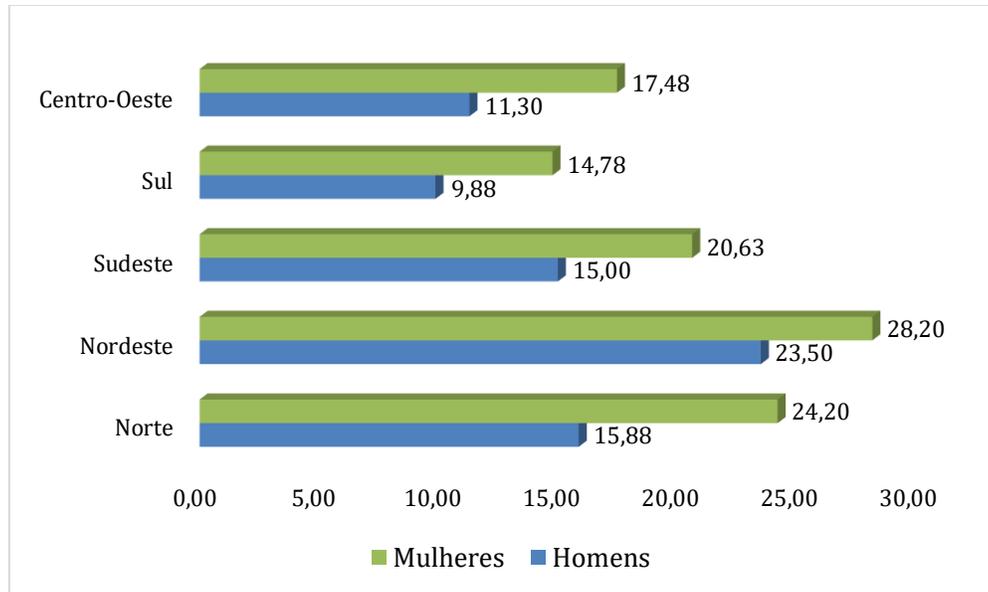
**Gráfico 14 – Grandes Regiões: Proporção de trabalhadores informais em ocupações não agrícolas - 2016 (%)**



Fonte: IBGE PNADC. Elaboração própria, 2019.

Os dados apontam, ainda, que mulheres são a maioria também da força de trabalho subutilizada em todas as regiões brasileiras, conforme os dados do Gráfico 15. Esse indicador representa as condições mais precárias em trabalhos parciais ou afastamento do mercado de trabalho. No total, a subutilização da força de trabalho alcançou uma boa parte da população nordestina, sendo as mulheres a maioria com 28,20%. Esse foi o maior percentual registrado entre as regiões, o que indica que os espaços ocupados pelas mulheres, além de via de regra apresentarem menor cobertura social, também são aqueles mais precários ou vulneráveis, e que explicam o menor rendimento médio alcançado por elas, conforme exposto no Gráfico 13.

**Gráfico 15 – Grandes Regiões: Taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo – 2017 (%)**



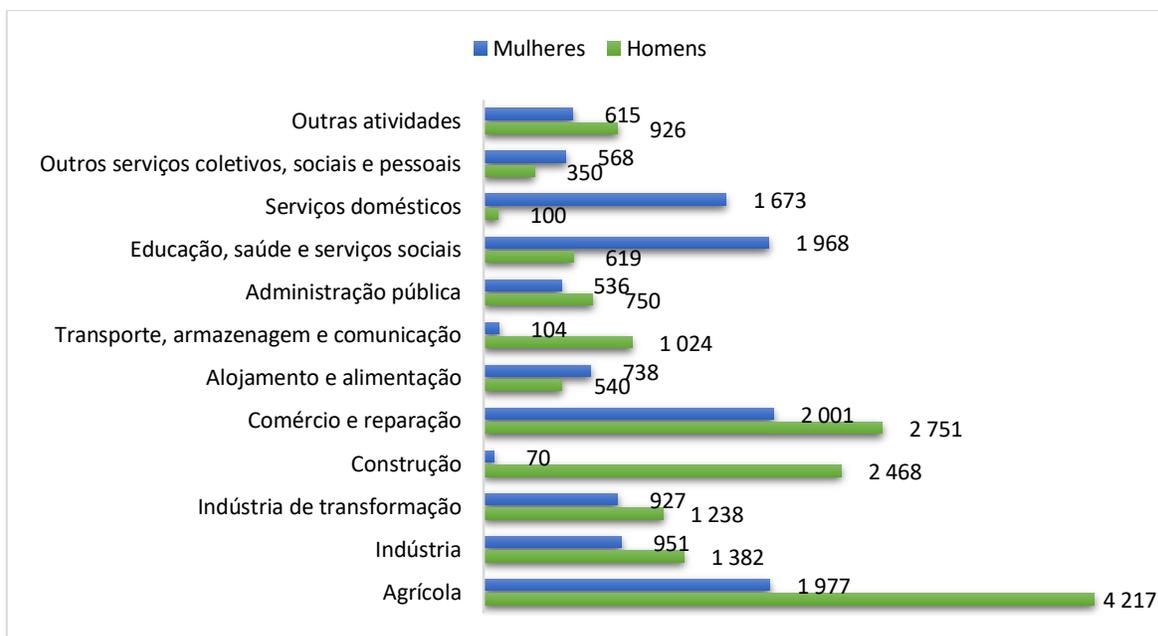
Fonte: IBGE.PNADC – Elaboração própria, 2019.

Segundo os dados da PNAD, no ano de 2015, do total de mulheres ocupadas no Nordeste, a maioria estava concentrada nas atividades domésticas (1.673) e em educação, saúde e serviços sociais (1.968). Já os homens, são maioria principalmente nos setores agrícola (4.217), construção (2.468) e transporte (1.024). Há também a sustentação da maioria dos homens nos empreendimentos industriais, além das atividades produtivas tradicionais, como serviços e comércio (Gráfico 16).

Esse comportamento evidenciado inicialmente se deve à própria segregação do mercado a partir da divisão sexual do trabalho, que demonstra a existência de uma diferenciação horizontal quando mulheres e homens trabalham majoritariamente em ocupações distintas. Os homens estão concentrados naqueles setores que são considerados masculinos, como construção, transporte etc., atividades que no ano em destaque concentraram grande contingente de pessoas. Por outro lado, as mulheres estão localizadas em setores como educação, saúde, serviços sociais e serviços domésticos. Dentro do total da atividade de serviços domésticos, os homens representam um total de 5,6% dos ocupados, enquanto as mulheres 94,4%. Já no segmento de educação, saúde e serviços sociais, os homens corresponderam a 23,9%, contra 76,1% das mulheres. Essa distribuição reforça

como os estereótipos de gênero estão imbricados entre os setores produtivos na dinâmica de incorporação de mulheres no mercado de trabalho, mantendo-as nas posições que sempre estiveram, ou seja, atividades de cuidados e serviços. Assim, as mulheres participam do trabalho produtivo remunerado, todavia a sua inserção tem sido, sobretudo, através de ocupações com menor remuneração, podendo, ainda, assumir formas de trabalho mais flexíveis e precárias.

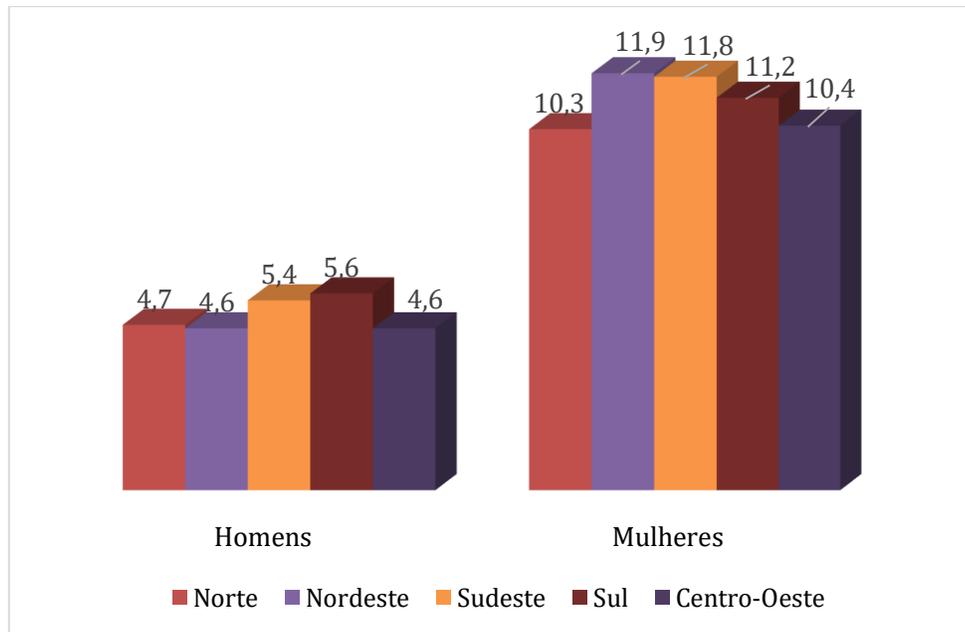
**Gráfico 16 – Nordeste: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência, segundo o sexo e os agrupamentos de atividade do trabalho principal em 2015 (1000 pessoas)**



Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração própria, 2019.

O retrato da desigualdade de gênero presente no mercado de trabalho fica bem evidente quando se observa as horas dedicadas aos cuidados e/ou afazeres domésticos. A partir dos dados do Gráfico 17, observou-se que as mulheres dedicam mais tempo a esse tipo de atividade do que os homens, em todas as regiões brasileiras. Isso é uma característica histórica da divisão do trabalho e da herança patriarcal nas sociedades, uma vez que as mulheres sempre dedicaram quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas, assumindo uma dupla ou até tripla jornada de trabalho. O tempo despendido em trabalho doméstico não remunerado das mulheres do Nordeste foi o maior em comparação às demais regiões, com 11,9%.

**Gráfico 17 – Grandes Regiões: Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2017 (%)**



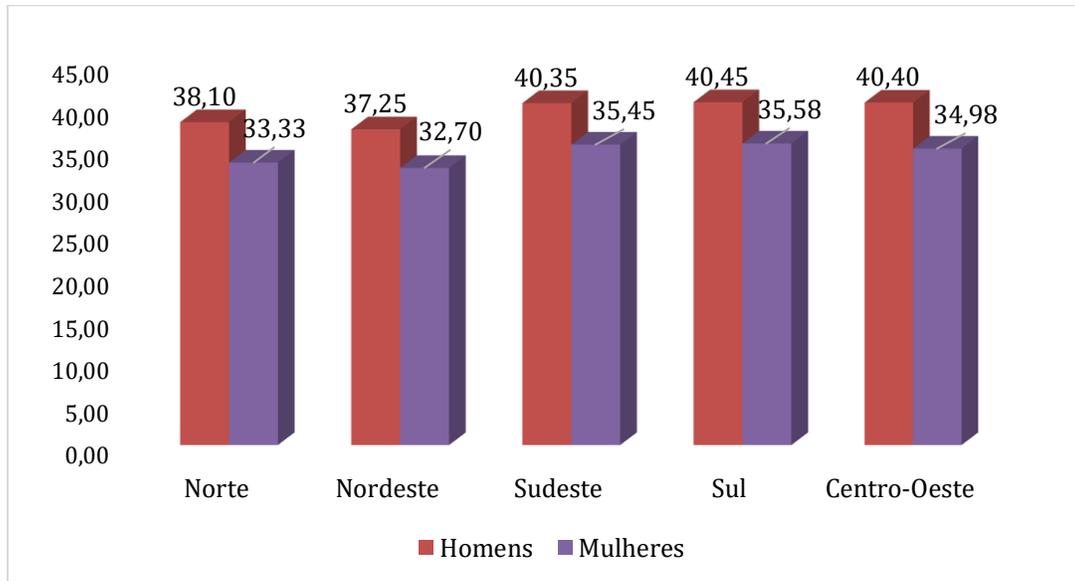
Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria, 2019.

Os afazeres domésticos se apresentam nos dias atuais ainda como um problema, principalmente por não serem considerados na sua totalidade trabalho produtivo, submetendo as mulheres em uma via de mão dupla, tendo em vista estarem ocupadas com diferentes formas de trabalho: remunerado e não-remunerado. Apesar dos avanços importantes na legislação trabalhista, como a criação da PEC das Domésticas no ano de 2013, que reconheceu o trabalho doméstico como função produtiva, equiparando os direitos das (os) trabalhadoras (es) domésticas (os) com os dos demais trabalhadores, ainda se apresenta a problemática do baixo nível de formalização desse setor, além de se apresentar como uma atividade concentradora de mão-de-obra informal e com baixos salários, tendo as suas interfaces acentuadas pela segregação de gênero no mercado de trabalho.

O Gráfico 18 expõe o número médio de horas efetivamente trabalhadas no trabalho principal para as regiões brasileiras, por sexo, no ano de 2017. Os dados revelam que, em média, os homens trabalham mais que as mulheres no trabalho principal. No Nordeste, eles trabalham em média 4,55 horas a mais que as mulheres, registrando também o menor número de horas dentre as

regiões. Esse resultado pode ser explicado porque existem mais homens ocupados no mercado formal e em cargos de poder do que as mulheres, que ainda estão conquistando espaço no mercado.

**Gráfico 18 – Grandes Regiões: Média de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade em 2017 (Horas)**



Fonte: IBGE. PNADC – Elaboração própria, 2019.

Considerando-se a soma das jornadas de trabalho das mulheres no trabalho principal mais as tarefas domésticas e cuidado de pessoas, exposto nos Gráficos 17 e 18, as mulheres nordestinas trabalharam 2,75 horas a mais do que os homens nordestinos; elas somam 44,6 horas semanais de trabalho (32,70 + 11,90), enquanto os homens trabalham 41,8 horas semanais. Assim, no geral, as mulheres gastam mais horas trabalhando do que os homens ao somar o tempo despendido na semana para cozinhar, lavar, passar e organizar a casa.

Assim, ficou evidenciado um diagnóstico de desigualdade entre mulheres e homens no mundo laboral, corroborando com a realidade brasileira e com o que foi posto sobre a condição da mulher na economia capitalista, onde o mercado de trabalho da região Nordeste apresenta disparidades de gênero, especialmente, quanto às ocupações e aos rendimentos.

A constituição do indivíduo é dada sobre a influência das condições do trabalho, sendo o trabalho significativo para a determinação das relações sociais. Contudo, o avanço das mulheres no mercado de trabalho não necessariamente significa igualdade de gênero. Essa inserção se deu também através de atividades precárias, desqualificadas e, em geral, concentradas em setores de serviços e na extensão da vida doméstica, ficando evidente a definição de papéis inferiores para a mulher na sociedade. A manutenção das desigualdades econômicas regionais apenas reforçam a condição de desigualdade de gênero no trabalho, na medida em que reproduz uma estrutura produtiva pouco diversificada e com ocupações de trabalho em grande proporção informais e precárias.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes etapas de desenvolvimento econômico vivenciado no Brasil pós 1930, resultou na adoção de estratégias desenvolvimentistas que impulsionaram o processo de industrialização no país. Como consequência, trouxe crescimento econômico e configurou particularidades na dinâmica regional. A região Nordeste passou a fazer parte do cenário macro, na medida em que foram redirecionados investimentos estatais e privados para a região por meio da atuação da SUDENE, na tentativa de diminuir a concentração na dimensão econômica e territorial exercida pelo Centro-Sul do país. Todavia, os investimentos na região não se deram na mesma intensidade entre todos os estados, criando obstáculos à implementação de uma intervenção efetiva. Assim, ainda há níveis diferenciados de produtividade do trabalho, concentração da riqueza, renda e a permanência do subdesenvolvimento na região.

A estrutura econômica e social brasileira é marcada por diferenças regionais e sexistas, e os movimentos da sua economia se refletem também no contexto regional, nos níveis de empregos e rendimentos. No Nordeste, em especial, as desigualdades sociais e econômicas terminam por reforçar a divisão dos papéis sexuais, o que repercute na própria estrutura de emprego do mercado de trabalho.

Considerando a fase mais recente, o mercado de trabalho no Nordeste vem sendo marcado pela heterogeneidade das formas de trabalho que contemplam a formalidade e a informalidade. Neste contexto, a mão de obra feminina se encontra mais vulnerável ao desemprego, está localizada como maioria na força de trabalho desocupada, fora da força de trabalho e nas atividades informais. Apesar de ser crescente a presença das mulheres na ciência, na cultura, em cargos de gerência e em funções políticas, ainda se percebe a predominância das atividades ditas femininas, no cuidado do lar e dos filhos, reproduzindo a lógica tradicional de um lugar socialmente construído para as mulheres.

Os avanços desta investigação em relação ao que foi apresentado na literatura, se complementa com as dimensões que foram quantificadas e apresentadas através dos indicadores, materializando a existência real da desigualdade de gênero na condição do trabalho feminino no Nordeste. Por isso, é importante levar em consideração as particularidades de inserção e participação de homens e mulheres no mercado de trabalho.

A análise, através dos indicadores, permitiu alcançar importantes conclusões. A população da região Nordeste apresentou significativo crescimento entre 2001 e 2018, cerca de 16,2%, com maior participação da população feminina em relação à masculina. Registrando também a diminuição da taxa de natalidade e aumento da taxa de envelhecimento da população. No tocante ao nível de instrução, houve sensível queda na taxa de analfabetismo, seguindo a tendência do país. Os indicadores sociais de renda e pobreza demonstraram ganhos importantes, mas não excluem a necessidade de políticas públicas mais efetivas que venham contribuir para melhorar as condições de qualidade de vida. Observou-se também que as mulheres nordestinas possuem mais anos de estudos quando comparado aos homens - muito embora estes componham a maior parte da PEA - e a sua participação na força de trabalho está se dando de maneira crescente. Estes aspectos estão vinculados a própria mudança nos padrões culturais e nos ganhos da luta feminista. Com relação ao emprego, as mulheres registraram maior participação nas atividades domésticas, educacionais e saúde, enquanto os homens apresentaram os maiores percentuais no setor industrial, indicando participação mais elevada das mulheres no setor de serviços e a permanência da estrutura tradicional de segregação econômica.

A participação econômica via de regra se torna uma dimensão capaz de fortalecer e promover parte da igualdade de gênero entre homens e mulheres na sociedade. O trabalho se constitui uma esfera capaz de neutralizar os efeitos da lógica patriarcal sobre suas vidas. Contudo, dentro da lógica do modo de produção capitalista, pode não ser totalmente promovida a emancipação econômica e política das mulheres. Assim, apoiada por Saffioti (1978), coloco aqui que a libertação das mulheres não pode ser efetivada dentro do modo de produção capitalista, sendo necessária uma mudança estrutural, uma vez que este é um mantenedor e recriador de desigualdades.

Tais disposições empíricas indicam caminhos para refletirmos sobre os aspectos que estruturam a inserção das mulheres no campo laboral e oferece aos formuladores de políticas públicas uma ferramenta que indica uma direção para a melhora significativa do potencial econômico, político e social do mercado de trabalho nordestino. Todavia, tal conquista deve se dar através de ações focalizadas com o intuito de reduzir a distância entre homens e mulheres no tocante às condições de trabalho e de renda, tendo em vista a grande contribuição das mulheres para os setores produtivos. Além disso, é necessário a inclusão da perspectiva de gênero nessa

reflexão, uma vez que a libertação da mulher dependerá não somente de uma revolução econômica, mas também social e cultural.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, LAÍS. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.** vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a20v58n4.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- ANJOS, Renato Lima dos. **O desempenho da Paraíba no contexto da economia nordestina (2002-2015)**. Trabalho de conclusão de curso. UFPB, João Pessoa, p. 59. 2017.
- ANJOS, Renato Lima dos; PINTO, Andrew Lucas M. S.; CARVALHO, Rejane Gomes. Desenvolvimento econômico e (re)configuração do trabalho no município de Goiana-PE. **ANAIS do XV Encontro Nacional da ABET**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://abet2017.com.br/world-news/anais-2017/anais-gt-1-desenvolvimento-territorios-e-trabalho/>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a formação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial. São Paulo, SP. 1999.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, nº 2, 1999. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/34>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Nordeste, Nordestes, que Nordeste?** In: AFFONSO, R. B; SILVA, P.L.B, (Org.). “Desigualdades regionais e desenvolvimento” (Federalismo no Brasil). São Paulo: FUNDAP / UNESP, 1995.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Banco do Nordeste, v.30, n.2, abr-jun 1999.
- BANCO DO NORDESTE. População do Nordeste atingirá 57,1 milhões em 2060. Diário Econômico ETENE. Ano I, n. 118, ago. 2018. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/documents/1342439/3699577/118\\_02\\_08\\_2018.pdf/09f278c6-0abb-15a5-8345-fc51d1cdd814](https://www.bnb.gov.br/documents/1342439/3699577/118_02_08_2018.pdf/09f278c6-0abb-15a5-8345-fc51d1cdd814). Acesso em: 25 abr. 2019.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. **Outubro Revista**, n. 29, p. 61-94, 2017. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/03\\_Betti\\_2017.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/03_Betti_2017.pdf). Acesso em: 20 abr. 2019.
- BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo “O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960”. In Ricardo Bielschowsky [et al.], **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/ Caixa Econômica Federal**, 2011.

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Cadernos CRH**, vol.23, no 60, Salvador, dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000300012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000300012&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 de abril de 2019.

BORGES, Nathalia. **A evolução recente da mulher no mercado de trabalho brasileiro: perspectiva social e econômica**. 45 p. Monografia. Unicamp, SP. 2009.

BRASIL. Planalto. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/> Acesso em: 17 set. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Modelos de estado desenvolvimentista**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. Texto para discussão 412. 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvolvimento-TD412.pdf>. Acesso em: 16 jun 2019.

BRUM, Argemiro Jacob. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. O governo Collor e a estratégia neoliberal. Petrópolis: Vozes; Ijuí, RS: Unijuí, 1997.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. 2007, vol.37, n.132, pp.537-572. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRUSCHINI, C. e LOMBARDI. M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, 2000.

CABRAL, Renan. Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado - oportunidade histórica e resistência conservadora. **Cadernos do Desenvolvimento** vol. 6 (8). 1959. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201209490.CD8\\_0\\_018.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201209490.CD8_0_018.pdf). Acesso em: 01 de jul 2019.

CAGED - **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Ministério do Trabalho - MTE. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>. Obtido em: 22 de abr. de 2019.

CARVALHO, Rejane Gomes. Planejamento econômico no Brasil: repensando a noção de desigualdade. Anais Encontro Regional **SOBER** Nordeste, Mossoró, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&secao=7&pagina=33>. Acesso em: 14 de abr. de 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

DI SABBATO, Alberto; PEREIRA, Hildete; LOMBARDI, Maria; FARIA, Nalu. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. 1. ed. Brasília: MDA, 2009.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. UFPB/Ed. Universitária, 1993.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. **Metodologia da pesquisa científica:** diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Rev. para. med. 2009. Disponível em: [https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf). Acesso em: 20 abr. 2019.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **IPEA**. Texto para discussão nº 2103. Brasília, julho de 2015. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td\\_2103.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf). Acesso em: 16 jun 2019.

FONSECA, P. C. D. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – **ANPEC**, 36, Salvador, Bahia, 2008.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 5. ed. 1961.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em Economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2003.

GTDN/SUDENE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: GTDN, 2. ed. 1967. Disponível em: [http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PDEN\\_-\\_segunda\\_edicao.pdf](http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PDEN_-_segunda_edicao.pdf). Acesso em: 6 jan. 2019.

GUILLAUMIN, Colette; TABET, Paola; MATHIEU, Nicole-Caude. Prática do poder e ideia da natureza. **O patriarcado desvendado**. Recife: Ed. SOS Corpo, p. 27-100, 2014.

GUIMARÃES, Ligia. Democracia não funciona quando há pessoas passando fome, diz pesquisadora alemã. Entrevistada: HOLFMAN, Jeanette. BBC News Brasil, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49255231>. Acesso em: 05 set. 2019.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100003). Acesso em: 09 out. 2018.

HIRATA, Helena. **Pesquisas sociológicas sobre as relações de gênero na França**. In: Relações sociais de gênero e relações de sexo. Anais do Seminário, Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, 1988. São Paulo: CODAC-USP, 1989, p. 88-100. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4019935/mod\\_resource/content/1/Hirata%20pp.88-100%20in%20Blay%20%28org%29%20Relacoes%20sociais%20de%20genero1989.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4019935/mod_resource/content/1/Hirata%20pp.88-100%20in%20Blay%20%28org%29%20Relacoes%20sociais%20de%20genero1989.pdf). Acesso em: 09 out 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em: 08 dez. 2018.

IBGE. **Agência IBGE notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em: 17 set. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial> Acesso em: 17 set. 2019.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais. CONAC. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=22960&t=o-que-e>. Acesso em: 05 ago. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. PNAD. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas> Acesso em: 17 set. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html> Acesso em: 17 set. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é? - Índice de Gini**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid). Acesso em: 17 set. 2018.

MARTINS, Alexandre Lyra. **Fundamentos de economia política marxista**. Ed. Universitária/UFPB. 2. ed. João Pessoa, 1999.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 21 ed., 1994.

NETO, Aristides Monteiro. **Desigualdades regionais no Brasil: Características e tendências Recentes**. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5582/1/BRU\\_n09\\_desigualdades.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5582/1/BRU_n09_desigualdades.pdf). Acesso em: 04 mar. 2019.

OLIVEIRA, F. M. Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica. Estudos Avançados, São Paulo, v. 30, n. 87, maio/ago 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00049.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PNE. Plano Nacional de Educação. Acesso em: <http://pne.mec.gov.br/publicacoes/itemlist/category/4-monitoramento-e-avaliacao>. Acesso em: 15 set. 2019.

POCHMANN, M. **Brasil: segunda grande transformação no trabalho?** Estudos avançados 28 (81), 2014. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a03.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. MTE - Ministério do trabalho. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>. Obtido em: 20 de abr. de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e Realidade. S.Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300331/mod\\_resource/content/1/SAFFIOTI%20H%20eleieth.%20A%20mulher%20na%20sociedade%20de%20classes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300331/mod_resource/content/1/SAFFIOTI%20H%20eleieth.%20A%20mulher%20na%20sociedade%20de%20classes.pdf). Acesso em: 12 mar. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

SILVA, Leandro Ribeiro. **Os ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930 – 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas - SP, 2013. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281039/1/Silva\\_LeandroRibeiro\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281039/1/Silva_LeandroRibeiro_D.pdf). Acesso em: 21 mar. 2019.

SOUSA, Valmi; DRIESSNACK, Martha; MENDES, Isabel A. C. Revisão Dos Desenhos De Pesquisa Relevantes Para Enfermagem. Parte 1: Desenhos De Pesquisa Quantitativa. **Revista Latino Americana Enfermagem**, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n3/pt\\_v15n3a22](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n3/pt_v15n3a22). Acesso em: 20 abr. 2019.

SUDENE/ DFIN/CGIF/CIE. **Incentivos e benefícios fiscais e financeiros projetos beneficiados**. Disponível em: [http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Relatorio\\_anual\\_2013.pdf](http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Relatorio_anual_2013.pdf). Acesso em: 08 ago. 2019.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Estado e secas no Nordeste. In: MOREIRA, E. (org.) **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa; Editora Universitária, 2006.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Desenvolvimento e dinâmica regional em Celso Furtado**. São Luís, v.16, n.1, p. 99-110, 2012. Disponível em: Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/1181/935>. Acesso em: 21 mar. 2019.

TRABALHO. **Ministério da economia**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br>. Acesso em: 08 abr. 2019.